

Pe. Bruno Rampazzo, rcj  
Superior Geral

**A nossa comunhão fraterna de vida  
com Cristo e com os Pobres**

**Carta Circular**

Roma, 8 de setembro de 2021

Título original: *La nostra fraterna comunione di vita con Cristo e con i poveri.*  
*Lettera circolare.*

Tradução: Pe. Danilo Bartolo RCJ

Autorizado para impressão:

Pe. Bruno Rampazzo RCJ

Superior Geral dos Rogacionistas do Coração de Jesus

Comissão de Traduções

© Rogacionistas do Coração de Jesus - Comissão de Traduções

Roma, 8 de setembro de 2021.

---

A vida comum, a exemplo do que sucedia na primitiva Igreja, onde a multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma<sup>1</sup>, alimentada pela doutrina evangélica, pela sagrada Liturgia e sobretudo pela Eucaristia, persevere na oração e na comunhão do mesmo espírito<sup>2</sup>. Os religiosos, como membros de Cristo, honrem-se mutuamente em fraterna conversação<sup>3</sup>, levando o peso uns aos outros<sup>4</sup>. Com efeito, mercê do amor de Deus difundido nos corações pelo Espírito Santo<sup>5</sup>, a comunidade, como verdadeira família, reunida em nome do Senhor, goza da Sua presença<sup>6</sup>. O amor, porém, é a plenitude da lei<sup>7</sup> e vínculo de perfeição<sup>8</sup>, e sabemos que, mercê dele, fomos transferidos da morte para a vida<sup>9</sup>. Mais ainda, a unidade dos irmãos manifesta o advento de Cristo<sup>10</sup>, e dela dimana uma grande virtude apostólica. (PC 15).

---

<sup>1</sup> cfr. Act. 4,32

<sup>2</sup> cfr. Act. 2,42

<sup>3</sup> cfr. Rom. 12,10

<sup>4</sup> cfr. Gál. 6,2

<sup>5</sup> cfr. Rom. 5,5

<sup>6</sup> cfr. Mt. 18,20

<sup>7</sup> cfr. Rom. 13,10

<sup>8</sup> cfr. Col. 3,14

<sup>9</sup> cfr. 1 Jo. 3,14

<sup>10</sup> cfr. Jo. 13,15; 17,21

## Abreviações e Siglas

AR	<i>Antologia Rogacionista dos escritos do Padre fundador, Ad usum privatum, pro manuscripto, Pádua, novembro de 1961.</i>
CaIC	<i>Catecismo da Igreja Católica, 1993.</i>
CCR	CONGREGAÇÃO ROGACIONISTA DO CORAÇÃO DE JESUS, <i>Comunhão e Comunidade Rogacionista</i> , Documento do VII Capítulo Geral, Roma, 1986.
CIC	<i>Código de Direito Canônico, 1983.</i>
Const. Rog.	CONGREGAÇÃO ROGACIONISTA DO CORAÇÃO DE JESUS, <i>Constituição</i> , Roma, 2010.
CV	FRANCISCO, Exortação Apostólica Pós Sinodal <i>Christus vivit</i> , Roma, 25 março de 2019.
DCM	Pe. BRUNO RAMPAZZO, <i>Da Compaixão à Missão – Linhas de programação do Governo Geral 2016-2022</i> , Roma, 2017.
EE	SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA OS RELIGIOSOS E INSTITUTOS SECULARES, Documento <i>Elementos essenciais de ensinamentos da Igreja sobre a vida religiosa. A Vida Religiosa no ensinamento da Igreja. Os seus elementos essenciais nos institutos dedicados as Obras Apostólicas</i> , Roma, 1983.
EG	FRANCISCO, Exortação Apostólica Pós Sinodal sobre o Anúncio do Evangelho no Mundo Atual <i>Evangelii Gaudium</i> , Roma, 24 novembro 2013.
ET	PAULO VI, Exortação Apostólica <i>Evangelica Testificatio</i> , Roma, 29 junho 1971.
FT	FRANCISCO, Carta encíclica sobre a Fraternidade e a Amizade Social <i>Fratelli tutti</i> , Roma, 3 outubro 2020.
FaT	CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA, Instrução <i>Faciem tuam, Domine, requiram. O serviço da autoridade e obediência</i> , Roma, 2008.
LG	CONCILIO ECUMÊNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja <i>Lumen Gentium</i> , Roma, 21 novembro 1964.
MR	SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA OS RELIGIOSOS E INSTITUTOS SECULAR – SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA OS BISPOS, Documento <i>Mutuae relationes</i> , Roma, 1978.
NMI	JOÃO PAULO II, Carta Apostólica <i>Novo Millennio Ineunte</i> ao termino do Grande Jubileu do Ano 2000, Roma, 6 janeiro de 2001.
Nor.	CONGREGAÇÃO ROGACIONISTA DO CORAÇÃO DE JESUS, <i>Normas</i> , Roma, 2017.

- PC CONCILIO ECUMÊNICO VATICANO II, Decreto sobre a Renovação da Vida Religiosa *Perfectae Caritatis*, Roma, 28 outubro de 1965.
- PI CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA, Documento *Potissimum Institutioni. Diretório sobre a formação nos Institutos Religiosos*, Roma, 1990.
- RDC CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA, Instrução *Partindo de Cristo: um Renovado empenho da Vida Consagrada no Terceiro Milênio*, Roma, 19 maio de 2002.
- RDD CONGREGAÇÃO ROGACIONISTA DO CORAÇÃO DE JESUS, *Reaviva o dom de Deus que está em ti (2Tim 2, 3)*, Projeto de Formação Permanente Rogacionista, Roma, 2002.
- RVR CONGREGAÇÃO ROGACIONISTA DO CORAÇÃO DE JESUS, *Regra de Vida Rogacionista. Expressão da Consagração, garantia da identidade carismática, sustento da Comunhão Fraterna, Projeto de Missão*, Documento do XI Capítulo Geral, Roma, 2010.
- VC JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica *Vita Consecrata*, Roma, 25 março de 1996.
- VFC CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA, Documento *A Vida Fraterna em Comunidade. “Congregavit nos in unum Christi amor”*, Roma, 1994.
- VLF CONGREGAÇÃO ROGACIONISTA DO CORAÇÃO DE JESUS – XII CAPÍTULO GERAL, *Vendo as Multidões, sentiu Compaixão e disse: “Rogai”. A Nossa Identidade Carismática nos desafios de hoje*, Documento do XII Capítulo Geral, Roma, 2016.
- VNON CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E SOCIEDADE DE VIDA APOSTÓLICA, Documento *Para Vinho novo, Odris Novos. Do Concílio Vaticano II A Vida Consagrada e os Desafios ainda em Abertos. Orientamenti*, Roma, 2017.

## Introdução: Em Comunhão

1. O parágrafo citado pelo decreto Vaticano II sobre a renovação da vida religiosa *Perfectae Caritatis*, tem o título "Vida comum", mas introduz o tema ao falar de "vida em comum". É uma forma de esclarecer, desde o início, que não se trata de adaptar-se a uma vida comum para todos, como às vezes se entendeu no passado, mas de inserir a própria vida "em comum com a dos irmãos.", preservando cada um o dom da própria originalidade, mas partilhando-a na comunhão de vida.

O documento fundamental do Vaticano II, a Constituição dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium*, no cap. VI, que trata de "Os Religiosos", recorda que ao longo dos séculos se desenvolveram na Igreja diversas formas de vida consagrada, ora solitárias, ora de convivência, especificando, no que diz respeito à convivência: "Essas famílias, de fato, proporcionam aos seus membros os auxílios de uma maior estabilidade em sua forma de vida, de uma doutrina comprovada para a realização da perfeição, da comunhão fraterna na milícia de Cristo, de uma liberdade comprovada pela obediência, para que possam cumprir com segurança e guardar fielmente a sua profissão religiosa, progredindo na alegria espiritual no caminho da caridade".<sup>11</sup>

Encontramos uma síntese sábia sobre o valor da vida fraterna em comunidade.

Aprendemos que a vida comum, que em alguns aspectos pode ser considerada uma penitência e uma limitação da autonomia pessoal, constitui antes de tudo uma ajuda que se oferece aos indivíduos para que perseverem na forma de vida assumida. A seguir, constata-se que, ao partilhar a vida segundo a lei, somos guiados por uma doutrina vivida ao longo do tempo que nos garante que o caminho que percorremos nos conduz à conquista da perfeição.

No ascetismo, somos lembrados de que o caminho para a perfeição, por sua própria natureza, constitui uma "batalha espiritual". A *Lumen Gentium* assegura-nos que nesta "milícia de Cristo" encontramos apoio mútuo na comunhão fraterna.

2. É tentador ver a vida comum como uma forma de violência contra nossa liberdade. Pensando bem, não é esse o caso. Cada um de nós, de fato, em plena liberdade e sem qualquer constrangimento, fez esta escolha, conforme declaramos no pedido de admissão à profissão religiosa. A nossa escolha da profissão religiosa é uma escolha de vida segundo um caminho que nos leva a servir ao Senhor cumprindo a sua vontade em tudo. A vida comum em obediência corrobora, fortalece nosso livre arbítrio. Às vezes, a vida comum é comparada aos trilhos, que por um lado forçam o trem dentro de seus limites, mas, por outro lado, permitem que ele prossiga com segurança e grande velocidade. Se perseverarmos fielmente na vida comum, teremos a certeza de caminhar, dia após dia, em direção à meta traçada.

Enfim, o documento nos lembra dois aspectos próprios da vida comum, que servem para construí-la e, portanto, caracterizá-la: a caridade fraterna e a alegria espiritual. Não é uma questão de categorias externas, de atitudes de fachada. Pelo contrário, é necessário que nos membros da comunidade haja uma profunda união com o Senhor, que lhes permita experimentar grande serenidade e alegria espiritual, apesar das dificuldades que enfrentam. Essa união com o Senhor está associada a uma

---

<sup>11</sup> LG 43.

verdadeira humildade que move as pessoas a servir aos irmãos e a contagiá-los com sua própria alegria.

3. Na nossa reflexão, focalizamos inicialmente a identidade espiritual da comunidade religiosa, como sinal de vida futura, fruto da chamada à vida consagrada, comunidade que é parte viva da comunhão eclesial.

Olhemos a Comunidade hoje, no contexto das grandes mudanças externas e consequente desenvolvimento da visão teológica da vida consagrada.

Prosseguiremos com a reflexão sobre a identidade da comunidade religiosa Rogacionista, caracterizada carismaticamente, parte viva da Família Rogacionista, que expressa sua missão orientada pela Regra de Vida.

A seguir, procuraremos contemplar a comunidade que deseja viver plenamente a sua comunhão fraterna, com empenho no crescimento, no encontro com o Senhor e no diálogo fraterno.

Na parte conclusiva refletiremos sobre a Comunidade Rogacionista que pretende privilegiar a dimensão contemplativa e sobre a Comunidade que opta por viver com o Senhor encontrando-se com Ele a serviço dos Pobres.

# Capítulo 1

## A Identidade Espiritual da Comunidade Religiosa

### 1.1. A Comunidade Fraterna, sinal da Vida Futura

4. A doutrina do Vaticano II encontrou no *Código de Direito Canônico*, vinte anos depois, uma reformulação normativa de seus aspectos teológicos e morais, preservando sua inspiração espiritual, desde a definição da identidade da vida religiosa:

“A vida religiosa, como consagração de toda a pessoa, manifesta na Igreja a maravilhosa união instituída por Deus, sinal da vida futura. Desta forma, o religioso completa a sua entrega total como sacrifício oferecido a Deus e, com isso, toda a sua existência se torna um culto ininterrupto de Deus na caridade.

O instituto religioso é uma sociedade cujos membros, de acordo com sua própria lei, fazem votos públicos, perpétuos ou temporários, a serem renovados após o término, e levam a vida fraterna em comunidade.”<sup>12</sup>

A consagração religiosa, que exprime a nossa entrega total a Deus, manifesta-se na profissão dos votos e na vida fraterna em comunidade.

São dons e compromissos constitutivos de nossa vida consagrada. Entra-se na vida religiosa com a profissão dos votos sagrados. Ao mesmo tempo, tornamo-nos membros de uma nova família, reunidos pelo Espírito que, movidos pelo Espírito, optaram por viver juntos.

O seguinte cânone acrescenta dois aspectos fundamentais da vida comunitária, lembrando-nos que ela se constrói em torno da Eucaristia em uma casa sob a direção responsável de um Superior: “A comunidade religiosa deve viver em uma casa legitimamente constituída, sob a autoridade de um Superior designado de acordo com a norma da lei. As casas individuais devem ter pelo menos um oratório, no qual a Eucaristia seja celebrada e preservada, para que seja verdadeiramente o centro da comunidade”.<sup>13</sup>

5. O Código explica que a vida fraterna de uma comunidade religiosa se inspira na vida de uma família e constitui um dom recíproco, porque vivendo como irmãos damos e recebemos apoio: “A vida fraterna própria de cada instituto, para a qual todos os membros estão reunidos em Cristo, como uma família particular, deve ser definida de modo a ser uma ajuda mútua para todos na realização da própria vocação. Então os membros, com comunhão fraterna enraizada e fundada na caridade, podem ser um exemplo de reconciliação universal em Cristo.”<sup>14</sup>

De forma discreta, mas igualmente clara, o Código nos lembra que a vida fraterna não acontece automaticamente quando os membros da comunidade se reúnem, porque cada um traz consigo suas boas qualidades e seus aspectos menos positivos. Portanto, a comunhão fraterna se constrói com boa vontade, paciência e amor. Neste processo de “construção” o superior é chamado a desempenhar um papel particular que exige uma preocupação constante:

“Os superiores cuidem prontamente do seu ofício e, juntamente com os religiosos que

---

<sup>12</sup> CIC 607.

<sup>13</sup> Ib. 608.

<sup>14</sup> Ib. 602.

lhes são confiados, procurem construir uma comunidade fraterna em Cristo, na qual Deus seja procurado e amado acima de tudo. Portanto, eles próprios devem freqüentemente dar aos religiosos o alimento da palavra de Deus e encaminhá-los à celebração da sagrada liturgia. Que eles sejam um exemplo no cultivo das virtudes e na observância das leis e tradições de seu instituto; fornecer de maneira conveniente o que eles precisam pessoalmente; devem visitar os enfermos prestando-lhes solícitamente os cuidados necessários, devem cuidar dos inquietos, confortar os tímidos, com todos sendo pacientes”.<sup>15</sup>

## 1.2. O amor de Cristo nos chamou a viver juntos

6. *Congregavit nos in unum Christi amor* (O amor de Cristo nos chamou a viver juntos). Este é o subtítulo do documento *Vida fraterna em comunidade* da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, publicado em 2 de fevereiro de 1994, festa da Apresentação do Senhor. Esta data, alguns anos depois, será escolhida como Dia Mundial da Vida Consagrada.

Quase trinta anos depois do Vaticano II, a Igreja, consciente de ter vivido um verdadeiro período de atualização e renovação, deve enfrentar uma dolorosa crise de identidade na ordem sacerdotal e na vida consagrada.

O documento reconhece que “a fisionomia que hoje manifesta a vida fraterna em comum em muitos países revela muitas transformações em relação ao passado”, que levaram a “efeitos positivos, mas também a outros mais questionáveis”. Deve-se notar que alguns “valores evangélicos” foram destacados e uma “nova vitalidade” suscitada, mas ao mesmo tempo provocou “questionamentos por ter obscurecido alguns elementos típicos da mesma vida fraterna vivida em comunidade”. Mais importante ainda, afirma-se que “em alguns lugares parece que a comunidade religiosa perdeu relevância aos olhos dos religiosos e das religiosas e talvez não seja mais um ideal a ser perseguido”.<sup>16</sup>

Após essa premissa, passamos a examinar os fatores que levaram a (essas) mudanças. Observa-se que onde o "constante retorno às fontes da vida cristã e à inspiração primitiva dos institutos"<sup>17</sup> pretendido pelo Concílio (onde) foi "mais profundo", deu novo impulso e (reviveu) a vida fraterna em comunidade, mas onde era "parcial e fraca", levou a uma certa "queda no tom".

7. A comunidade religiosa se confronta necessariamente com os valores e contra-valores que caracterizam a sociedade e suas estruturas no mundo, em muitos casos desempenhando um papel profético de fermento evangélico, e em outros adaptando-se aos contra-valores com o fim de sucumbir em um declínio, mais ou menos longo. Desde o Vaticano II, a vida religiosa traz uma luz particular sobre a vida fraterna.

Sobre as razões teológicas e espirituais da vida fraterna na Comunidade, relatamos a bela síntese do documento homônimo da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica:

“O Vaticano II afirmou que a vida religiosa pertence “firmemente” (Latin: *inconcusse*) à vida e à santidade da Igreja, e a colocou bem no centro de seu mistério de

---

<sup>15</sup> Ib. 619.

<sup>16</sup> Cfr. VFC 1.

<sup>17</sup> PC 2.

comunhão e santidade”<sup>18</sup>. A comunidade religiosa, portanto, participa da visão renovada e aprofundada da Igreja. Daí algumas consequências:

8. *a) Da Igreja-Mistério à dimensão do mistério da comunidade religiosa.*

A comunidade religiosa não é um simples aglomerado de cristãos em busca da perfeição pessoal. Muito mais profundamente é a participação e o testemunho qualificado da Igreja-Mistério, como expressão viva e realização privilegiada da sua particular "comunhão", da grande "koinonia" trinitária da qual o Pai quis fazer os homens participarem do Filho e da o espírito Santo.

*b) Da Igreja-Comunhão à dimensão comunhão-fraterna da comunidade religiosa.*

A comunidade religiosa, na sua estrutura, nas suas motivações, nos seus valores qualificantes, torna o dom da fraternidade feito por Cristo a toda a Igreja publicamente visível LG 12.e perceptível continuamente. Por isso mesmo tem como compromisso inalienável e como missão ser e aparecer uma célula de intensa comunhão fraterna que é sinal e estímulo para todos os batizados.<sup>19</sup>

*c) Da Igreja animada pelos carismas à dimensão carismática da comunidade religiosa.*

A comunidade religiosa é uma célula de comunhão fraterna, chamada a viver animada pelo *carisma fundacional*; faz parte da comunhão orgânica de toda a Igreja, sempre enriquecida pelo Espírito com uma variedade de ministérios e carismas.

Para fazer parte de tal comunidade, é necessária a graça particular da vocação. Em termos concretos, os membros de uma comunidade religiosa aparecem unidos por um chamado comum de Deus na linha do carisma fundacional, por uma consagração eclesial comum típica e por uma resposta comum na participação "na experiência do Espírito" vivida e transmitida pelo fundador e em sua missão na Igreja.<sup>20</sup>

Este também quer receber com riqueza e carisma "mais comunicativo e difundido"<sup>21</sup> que Deus distribui por meio de seus membros em benefício do corpo. A comunidade religiosa existe para a Igreja, para significá-la e enriquecê-la,<sup>22</sup> para torná-la mais capaz de cumprir sua missão.

*d) Da Igreja-Sacramento em unidade à dimensão apostólica da comunidade religiosa.*

O sentido do apostolado é levar a humanidade de volta à união com Deus e à sua unidade, por meio da caridade divina. A vida fraterna em comum, como expressão da união realizada pelo amor de Deus, além de constituir uma testemunha essencial para a evangelização, tem grande importância para a atividade apostólica e para a sua finalidade última. Daí a força do sinal e instrumento da comunhão fraterna da comunidade religiosa. De fato, a comunhão fraterna está no início e no fim do apostolado.

“O *Magistério*, a partir do Concílio, aprofundou e enriqueceu a visão renovada da comunidade religiosa com novas contribuições”.<sup>23</sup>

---

<sup>18</sup> VFC, n.2, Cfr. LG 44d.

<sup>19</sup> Cfr. PC 15a; LG 44c.

<sup>20</sup> Cfr. MR 11.

<sup>21</sup> LG 12.

<sup>22</sup> Cfr. MR 14.

<sup>23</sup> VFC 2; Cfr. ET 30-39; MR 2, 3, 10, 14; EE 18-22; PI 25-28; cfr. CIC 602.

9. A comunidade religiosa, no exercício do seu apostolado, sujeito a regulamentos particulares, é chamada a salvaguardar a sua própria identidade e unidade, sobretudo espiritual e afetiva, mas também visível e organizativa: “Podemos, portanto, distinguir dois elementos de união e unidade entre os membros: mais espiritual: é a "fraternidade" ou "comunhão fraterna", que parte de corações animados pela caridade. Enfatiza a "comunhão de vida" e o relacionamento interpessoal.<sup>24</sup> A outra mais visível: é a "vida em comum" ou "vida comunitária" que consiste em "viver na própria casa religiosa legitimamente constituída" e "levar a vida comum" pela fidelidade às mesmas normas, participação nos atos comuns, colaboração na serviços comuns”.<sup>25</sup>

### **1.3. Parte viva da comunhão eclesial: o dom do Espírito Santo.**

10. Sozinhos não somos capazes de construir a comunhão fraterna; podemos tornarmos instrumentos desta fraternidade se acolhermos o dom do Espírito e nos tornarmos dóceis às suas inspirações. O aspecto humano, sociológico e psicológico podem nos ajudar, mas não serão capazes de enfrentar sozinhos os obstáculos encontrados na vida fraterna devido às diferenças culturais, de idade e de caráter.

A Igreja-mistério é também uma comunhão de membros que com o mesmo título são irmãos e irmãs de Jesus Cristo, filhos e filhas do mesmo Pai e, portanto, irmãos e irmãs entre si, que devem reconhecer-se e amar-se como tais. Entrar na Igreja com o batismo é fazer parte desta grande família, viver e experimentar a lei do amor e assim contribuir para a unidade do gênero humano.

Os membros da Igreja, os cristãos consagrados, os *Religiosos* são chamados a viver intensamente o mistério da comunhão tanto dentro do Instituto como fora da sociedade e do território onde estão inseridos. O desejo de unidade e de comunhão é um dos sinais dos tempos e a vida religiosa surge na primeira pessoa como um fator importante na construção de um mundo caracterizado por relações de unidade e comunhão.

11. Para estabelecer uma comunidade de comunhão é necessário "deixar tudo para estar junto de Jesus", "ter um só coração e uma só alma", porque "tudo era comum" (cf. At 4, 32). A fraternidade é um dom de Deus que a torna possível e fecunda. Uma comunidade religiosa é chamada a viver intensamente os valores da comunhão da própria Igreja, de modo a ser a permanência visível da primitiva Igreja de Jerusalém como apareceu no frescor da Páscoa e no fervor do Pentecostes, primeiro fruto do Espírito e primeira expressão da fé em Jesus Cristo: «um só coração e uma só alma, partilha dos bens, oração unânime e eucarística, paz e alegria, audácia apostólica, simpatia do povo”.<sup>26</sup>

O primeiro valor que fundamenta a comunhão fraterna é o olhar da fé sobre a própria comunidade e sobre cada irmão. Elemento decisivo é a consciência, na fé, do "mistério" e da radical novidade cristã da comunidade, para que, para além das conveniências ditadas pelo estar junto, as atitudes fraternas sejam ditadas por motivações sobrenaturais e sustentadas pela caridade, um dom do Espírito Santo.

---

<sup>24</sup> Cfr. CIC 602.

<sup>25</sup> Cfr. VFC 3; cfr. CIC 608, 665, 1.

<sup>26</sup> Cfr. At 2, 42-48; 4, 32-35

12. Os documentos que falam da vida fraterna em comum mostram que as relações fraternas, como as de uma "verdadeira família", devem procurar construir um ambiente de confiança mútua, benevolência, prontidão para o perdão, onde cada confrade seja acolhido em sua identidade, no além de suas determinações de origem, idade, cultura, função, onde não haja diferenças entre religiosos simples e aqueles que receberam o sacerdócio, onde os bens materiais, espirituais e emocionais são compartilhados e trocados, onde há diálogo e ajudamos cada um outra, onde há a coragem da correção fraterna feita com doçura.<sup>27</sup> A comunidade fraterna, portanto, é como uma família onde se aplica uma disciplina comunitária aceita e compartilhada, onde o sentimento de pertença cresce também através das dificuldades e dos problemas de Tudo isso. leva à unidade de espírito e ação que deve se tornar uma fonte de alegria, de promoção para cada membro da comunidade e, certamente, um do que de eficiência apostólica.

É claro que esta experiência de vida fraterna é exigente e vai além da mera força humana. É necessária a graça de Deus, que deve ser pedida na oração e recebida através da Palavra de Deus, da Eucaristia, da reconciliação, do carisma fundador, da prática leal dos votos, das várias formas de diálogo comunitário, da animação e serviço de guia.

Com a profissão religiosa, comprometemo-nos definitivamente a construir e a viver a comunhão fraterna «eclesial», porque como se expressa no art. 30 das nossas Constituições «estamos cientes de que a consagração se realiza na Igreja e para a Igreja ao serviço de Deus e da Igreja».

---

<sup>27</sup> Cfr. Gal 6, 1.

## Segundo Capítulo

### A Comunidade Religiosa Hoje

#### 2.1. As Grandes Mudanças Externas

13. Ao despedir-se dos apóstolos, Jesus orou: “Já não estou no mundo; mas eles estão no mundo, e eu vou para você. Santo Padre” (Jo 17, 11). A vida religiosa, abraçada por homens e mulheres que se consagram totalmente ao Senhor para o Reino de Deus, está por sua própria natureza "no mundo"; mesmo nas suas formas monásticas ou eremíticas, tem sempre aberturas particulares para o apostolado ou, em todo o caso, está em sintonia com o mundo, cuja salvação impõe.

É importante que nos perguntemos para onde vai o mundo hoje e, conseqüentemente, como a vida religiosa se enquadra neste caminho.

No final do século passado, assistimos a movimentos de emancipação política e social nos países em desenvolvimento e a Igreja, particularmente latino-americana, acompanhou esta evolução promovendo o compromisso social e “a opção evangélica e preferencial pelos pobres”.<sup>28</sup>

Assim, houve um novo impulso em muitos institutos religiosos para ouvir o convite do Vaticano II e voltar às suas raízes, abrindo comunidades em ambientes periféricos ou em contextos nos quais a imigração havia conduzido à convivência intercultural.

Paralelamente e na base desses fenômenos sociais, uma temporada de novas demandas e atitudes se desenrolava: a demanda por liberdade pessoal e direitos humanos, o parlamentarismo com atitude anti-autoritária, a cultura do individualismo com uma certa redução do papel de autoridade, e a promoção das mulheres.

Assistimos à explosão de comunicações que influenciaram a informação, as relações humanas e o próprio estilo de vida. Ao mesmo tempo, nos países que passaram por essa experiência, houve um enfraquecimento da fé e uma disseminação do consumismo e do hedonismo.<sup>29</sup>

O declínio das vocações e a progressiva entrada dos governos nacionais nas áreas de apostolado que envolviam os Institutos, como a assistência, a escola e a saúde, levaram a uma nova configuração de comunidades, muitas vezes de pequena dimensão, por vezes inseridas em obras não próprias à Congregação, organizada com ritmos diferentes dos anteriores, muitas vezes sobrecarregada de trabalho e com menos tempo disponível para a vida em comum.

14. Daí a necessidade de repensar a vida comum, também porque, à medida que diminuía a procura das tradicionais expressões da missão, surgiam novas urgências (toxicos dependentes, refugiados, marginalizados, deficientes, enfermos de todos os gêneros), novas obras a que devia responder de maneira apropriada. O envolvimento nestas novas formas de apostolado num contexto secularizado tem por vezes ensombrado a realidade da consagração, a sua dimensão espiritual e a missão evangelizadora, dimensões que não são bem sustentadas também por uma vida frágil em comum.

---

<sup>28</sup> Cfr. Assembleia gerais do Episcopado Latino-americano, de *Medellín, Puebla e Santo Domingo*.

<sup>29</sup> Cfr. VFC 4.

Na reflexão pós-conciliar foi dada particular ênfase, por um lado, à recuperação do valor da pessoa individual e das suas iniciativas e, por outro, ao sentido de comunidade entendida como vida fraterna, que se constrói mais na qualidade de relacionamentos do que na observância regular. Não foi fácil encontrar a síntese entre os dois aspectos, expostos à radicalização, de ambos os lados. Desde o Concílio, recebemos duas vias expressas em duas palavras-chave: *diálogo* e *sinodalidade*, que permaneceram bastante auspiciosas, ou tentativas de enfrentar uma situação geral difícil, que exigiu a necessidade de preparar uma nova base.<sup>30</sup>

## 2.2. Os Desenvolvimentos Teológicos sobre a Vida Consagrada

### 2.2.1. Para Vinhos Novos, Odres Novos

15. A análise feita pela *Vida fraterna em comunidade* é retomada vinte e três anos depois (em 2017) no documento do mesmo Dicastério, *Para vinho novo, odres novos*. Por um lado reconhecemos o empenho das Congregações nesta necessidade de renovação e atualização e, por outro lado, reconhecemos que continuamos na fase de “trabalho em curso”: “Os resultados do grande esforço de reelaboração da identidade, o estilo de vida e a correspondente missão eclesial foram acompanhados também por buscas corajosas e pacientes de novos itinerários formativos, adequados ao caráter e ao carisma de cada família religiosa”.<sup>31</sup>

O documento reconhece que estamos numa fase de evolução da sociedade e das culturas, com mudanças rápidas “inesperadas e caóticas”, com um natural reflexo sobre a vida consagrada. Por um lado, somos confrontados com desafios de adaptação e pedidos de novas respostas e, por outro lado, existe uma crise de planejamento histórico e de perfil carismático. Isso envolve uma evidente fadiga.

“A situação de mudança acelerada corre o risco de enredar a vida consagrada, obrigando-a a viver em emergências e não em horizontes. Às vezes parece que a vida consagrada está quase totalmente voltada para a gestão da vida cotidiana ou para um exercício de simples sobrevivência. Tal forma de enfrentar a realidade custa uma vida cheia de sentido e capaz de testemunho profético.”<sup>32</sup>

16. Perante esta situação, é normal perguntar o que aconteceu à renovação pós-conciliar, se a estrutura consolidada da vida consagrada, através dos seus elementos mediadores, foi capaz de acolher o novo espírito produzido pelo Concílio e, portanto, se está em progresso uma renovação da vida consagrada.

O documento não teme afirmar: “Toda a constelação de linguagens e modelos, valores e deveres, espiritualidade e identidade eclesial, a que estamos habituados, ainda não deixou espaço para testar e estabilizar o novo paradigma nascido de inspiração e prática pós-conciliar. (...) Se é incapaz de acolher os sinais do novo”.<sup>33</sup>

“Ressalta-se a necessidade urgente de superar “inconsistências e resistências” e esclarece-se que a intenção do documento é “dar algumas orientações para não ser aprisionado pelo medo ou preguiça”, dar conselhos e sugestões, por exemplo, “sobre o

---

<sup>30</sup> Cfr. VFC 5.

<sup>31</sup> VNON 5.

<sup>32</sup> Ib. 8.

<sup>33</sup> Ib. 9.

ministério da 'autoridade, para que esteja a serviço de um estilo de vida fraterna verdadeiramente comunitário ". É preciso ter o cuidado de precisar que na base de uma atualização autêntica deve haver uma renovação espiritual: «No fundamento de cada caminho, parece-nos importante sublinhar a necessidade de um novo impulso de santidade para os homens e mulheres consagrados, impensável sem um salto de paixão renovadora pelo Evangelho a serviço do Reino”.<sup>34</sup>

### **2.2.2. A Exortação Apostólica *Christus Vivit* do Papa Francisco. “Como é belo e como é alegre que os irmãos vivam juntos!” (SI 133)**

17. Com uma escolha particularmente significativa, o Papa Francisco, em Loreto, no Santuário da Casa Santa, no dia 25 de março 2019, Solenidade da Anunciação do Senhor, assinou a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Christus vivit*, dirigida aos jovens e todo o Povo de Deus. O Cristo Ressuscitado e Vivo é a fonte da nossa comunhão; A vida fraterna em comunidade, modelada na família de Nazaré, é a fonte da nossa alegria.

A Exortação Apostólica não tem como tema a vida consagrada e menos ainda a vida fraterna em comunidade, mas, embora o faça de forma sintética, indica a procura do outro, como meio indispensável para a realização do projeto de vida: deste modo se entra em comunhão e partilha das próprias intuições, porque no serviço mútuo se aprende a crescer com alegria no projeto que Deus nos manifesta. O Papa, que se dirige aos Jovens e ao Povo de Deus, explica que a escolha de uma vida de comunhão e de partilha, mesmo quando sendo já avançada, permite manter o entusiasmo juvenil.

18. Queremos reler juntos algumas passagens do documento que irradiam uma luz extraordinária sobre o nosso argumento:

“Cada época tem a sua beleza e os jovens não podem faltar à utopia comunitária, à capacidade de sonhar juntos, aos grandes horizontes que olhamos juntos. «Deus ama a alegria dos jovens e convida-os sobretudo àquela alegria que se vive em comunhão fraterna, àquela gozo superior de quem sabe partilhar, porque« há mais alegria em dar do que em receber »(At 20. : 35) e "Deus ama aqueles que dão com alegria" (2 Cor 9: 7). O amor fraterno multiplica a nossa capacidade de alegria, porque nos permite gozar o bem dos outros: «Alegrai-vos com os que se alegram» (Rm 12,15). Que a espontaneidade e o impulso da vossa juventude se transformem cada vez mais na espontaneidade do amor fraterno, no frescor que sempre nos faz reagir com perdão, com generosidade, com vontade de criar comunidade. Um provérbio africano diz: “Se você quiser ir rápido, caminhe sozinho. Se você quer ir longe, caminhe com os outros ». Não nos deixemos roubar a fraternidade ”. “Quando se trata de discernir a própria vocação, várias perguntas precisam ser feitas. Não devemos começar perguntando onde poderíamos ganhar mais, ou onde poderíamos obter mais fama e prestígio social, mas não devemos começar imaginando quais tarefas nos dariam mais prazer. Para não nos enganarmos, precisamos mudar de perspectiva e nos perguntar: eu me conheço, além das aparências e dos meus sentimentos? Eu sei o que dá alegria ao meu coração e o que o deixa triste? Quais são meus pontos fortes e fracos? Outras perguntas se seguem imediatamente: Como posso servir melhor e ser mais útil ao mundo e à Igreja? Qual é o meu lugar nesta terra? O que posso oferecer à sociedade? Seguem outros muito realistas: Tenho as habilidades necessárias para realizar esse serviço? Ou eu poderia adquirir-los e desenvolvê-los?

---

<sup>34</sup> Ib. 10.

“Essas perguntas devem ser feitas não tanto em relação a si mesmo e às próprias inclinações, mas em relação aos outros, para com eles, de forma que o discernimento dite a vida em relação aos outros”. Por “isso quero recordar qual é a grande questão: «Muitas vezes, na vida, perdemos tempo a perguntar-nos:” Quem sou eu? “. Você pode se perguntar quem você é e viver uma vida inteira procurando por quem você é. Mas pergunte-se: “Para quem sou eu?” ». Você é por Deus, sem dúvida. Mas Ele também queria que você fosse para os outros e colocou em você muitas qualidades, inclinações, dons e carismas que não são para você, mas para os outros.”.<sup>35</sup>

19. A vida consagrada é um sinal de fraternidade, um sinal daquilo que é a Igreja na sua essência mais profunda, um sinal particularmente apreciado hoje por uma sociedade pluralista, caracterizada por um lado pelo individualismo selvagem e por outro pela nostalgia autoritária, utopia de um mundo livre onde reina a igualdade e a solidariedade, entre a globalização e a zelosa afirmação da própria identidade. A vida fraterna quando se envolve na vida da Igreja, colocando-se ao serviço da Igreja local em comunhão de propósito e trabalho, torna-se exemplo e estímulo da fraternidade cristã. O caminho da fraternidade é longo e nada fácil; no entanto, sempre foi e ainda é um dos sinais mais visíveis da novidade cristã.

### **2.2.3. A Carta Encíclica do Papa Francisco *Fratelli tutti* sobre a fraternidade e a amizade social.**

20. Em 3 de outubro de 2020, o Papa Francisco nos deu sua terceira encíclica "*Irmãos todos*" sobre a fraternidade e a amizade social ". Eu tenho depois de refletir sobre o texto previamente encaminhado pela Conferência dos Superiores Gerais, enviar-lhes uma carta circular apresentando o documento do Santo Padre e destacando alguns aspectos que nos dizem respeito como consagrados e chamados como rogacionistas a viver. nossa comunhão fraterna de vida com Cristo e os pobres.<sup>36</sup> O empenho em viver a nossa fraternidade e amizade não só nos tornará um sinal "profético" para a sociedade, mas também contribuirá para a construção de um mundo e uma sociedade mais fraternos.

21. Gostaria de destacar alguns trechos da Encíclica do Papa Francisco que podem nos ajudar a refletir, aprofundar e fortalecer nossa vida fraterna em comunidade: “Nos empanturramos de conexões e perdemos o gosto pela fraternidade”. Somos espectadores de "formas inusitadas de agressão, insultos (...), ofensas a ponto de demolir a figura do outro". “Não devemos perder a capacidade de ouvir”. “Ao perder o silêncio e a escuta (...), a estrutura básica de uma sábia comunicação humana, fica em perigo”. “Podemos buscar a verdade juntos no diálogo, em uma conversa tranquila ou em uma discussão apaixonada”. “Jesus (...) não nos chama a nos perguntar quem somos os próximos de nós, mas a nos tornar próximos, próximos”. “A estatura espiritual da existência humana é definida pelo amor”. "O que é ternura? É o amor que se torna próximo e concreto". “Aproximar-se, expressar-se, ouvir-se, olhar-se, conhecer-se, tentar compreender-se, procurar pontos de contacto, tudo isto se resume no verbo *dialogar* ”. "Escolha exercer a bondade". "S. Paulo menciona um fruto do Espírito Santo com a palavra *chrestotes* (Gl 5:22), que expressa um estado de espírito que não é áspero, áspero, áspero, mas amável, gentil, que sustenta e conforta (...). É uma forma de tratar o outro que se

---

<sup>35</sup> CV 166, 167, 285, 286.

<sup>36</sup> Cfr. P. BRUNO RAMPAZZO, *Lettera Circolare*, Prot. 210/20, Roma, 4 ottobre 2020.

manifesta de várias formas como gentileza no traço, como atenção para não magoar com palavras ou gestos, como tentativa de aliviar o peso dos outros”. “A bondade é uma libertação da crueldade que às vezes penetra nos relacionamentos humanos”.<sup>37</sup>

22. Embora os escritos do Santo Padre sejam dirigidos a todos os homens de boa vontade, ele não pode deixar de nos lembrar aos cristãos e às pessoas consagradas que somos todos irmãos em Cristo, filhos de Deus que nos criou à sua imagem e semelhança e, portanto, dessa filiação. aquele que é amor e comunhão trinitária, é distorcido se esta identidade se perde.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> FT 33, 44, 48, 49, 50, 80, 92, 194, 198, 222, 223, 224.

<sup>38</sup> Cfr. Ib. 85 ss.

## Terceiro Capítulo

### A Identidade da Comunidade Religiosa Rogacionista

#### 3.1. Como pensou Santo Aníbal as nossas Comunidades

23. Na vida e nos escritos de Santo Aníbal encontramos indicações precisas sobre as virtudes que devem ser colocadas na base da vida fraterna em nossas comunidades. Fixemos nesse texto algumas idéias que podemos considerar a Regra Espiritual de nossa Congregação, ou seja, as "*Declarações e Promessas*" de 1910.

A 3ª declaração intitula-se "Exercício das virtudes religiosas e da vida interior: humildade, amor a Deus, amor ao próximo, com correspondentes obras para as crianças, para os pobres e para os enfermos".

No texto descobrimos uma síntese extraordinária da vida interior de nosso santo Fundador, que brota de sua mente e de seu coração inflamado por Deus e pelo próximo. Para realizar essa dupla caridade, ele nos explica que devemos tomar consciência do nosso nada. Faz-nos declarar:

"Para corresponder a tanta Misericórdia divina, sempre com a ajuda da Divina Graça, e com a boa vontade que depende de mim, protesto que a partir deste momento quero dedicar-me inteiramente aos exercícios das virtudes religiosas, especialmente aqueles que constituem a vida interior, que são:

1 – *A Humildade de Coração*, pelo qual sempre terei em mente que não sou nada, e o último de todas as congregações, mesmo inferior a eles.

"2 – Em segundo lugar, *o continuo exercicio do Divino Amor*, não tendo em mente nenhum outro objetivo, como o fim de todas as minhas ações e de toda a minha existência, a não ser Jesus sozinho" (...).

"4 – Em quarto lugar, como exercício essencial da vida interior esperarei *amar ao próximo*, esforçando-se por formar um coração terno, compassivo e afetuoso para com todos e, especialmente, para com os contraditórios ou perseguidores, por amor de Jesus Cristo, meu Bem Supremo. Amarei as crianças com amor puro e terno, procurarei a salvação de tantos quantos puder e ansiarei pela salvação de todas as crianças do mundo.

"Amarei e respeitarei os pobres de Jesus Cristo com espírito de Fé e Caridade, considerando-os membros sofredores do Corpo místico de Jesus nosso Senhor e tendo sempre em mente o quanto Jesus Cristo Nosso Senhor exaltou os Pobres, declarando que o fará a sim mesmo aquilo que se faz aos outros".<sup>39</sup>

24. Santo Aníbal não se limita a afirmar que para ele Jesus é o objeto e o fim de toda a sua existência, mas descreve - nas falas omitidas - como de fato todos os seus pensamentos, afetos e ações são para Jesus. Ele pois, sem dúvida, faça sua a confissão do apóstolo Paulo: "Porque para mim, viver é Cristo, e morrer é lucro" (Fl 1, 21). Além disso, o seu amor se funde, Jesus e seus irmãos, especialmente as crianças, os pobres, os sofredores e os moribundos. A experiência que teve, depois de ajudar um homem pobre, quando realmente viu e beijou Jesus, nele pode ser considerada o paradigma de sua vida..

---

<sup>39</sup> *Declarações e Promessas (para os Religiosos Rogacionistas)*, San Pier Niceto 15 agosto de 1910, 2ª, in *Scritti, V, Regolamenti (1883-1913)*, 2009, pag. 579-581.

A experiência confirma que somos capazes de viver juntos como irmãos, se tivermos no coração esta verdadeira humildade e mútua aceitação e com um compromisso compartilhado podemos direcionar nosso apostolado para os pequenos e os pobres, se os amarmos no Senhor.

Estas indicações confiadas às Declarações e Promessas encontram um maior esclarecimento e ilustração nas primeiras Constituições da Congregação. aprovado pelo Bispo de Messina em 6 de agosto de 1926.<sup>40</sup>

25. “A Congregação é formada por sacerdotes com seus respectivos Clérigos e Irmãos Coadjuutores, todos unidos pelo vínculo da Caridade e com o mesmo objetivo, formam um só coração e uma só alma, e todos vivem sob a mesma disciplina” (art. 8).

A referência aos Atos dos Apóstolos é evidente como remete à unidade de mentes e corações. Nos artigos que se seguem há uma exortação a viver "com grande amor", como verdadeiros "irmãos espirituais", colaborando com a "doçura e a caridade" (art. 10-11).

As Constituições dedicam um capítulo à "caridade fraterna", que se inicia com o convite a ouvir a exortação de Jesus: "Amai-vos como eu vos amei! A este sinal, vos sereis conhecidos como pertencendo a mim, se vocês se amam" (Jo 13, 34-35) (art. 77).<sup>41</sup>

Em seguida, está na base de nossa vida fraterna específica, está o preceito da caridade, que nos chama a viver unidos em perfeita fraternidade, porque o vínculo do preciosíssimo Sangue de Jesus Cristo nos torna uma família espiritual.

Somos convidados a viver a fraternidade com verdadeiro sentimento do coração, com expressões de afeto e proximidade em várias ocasiões, a ser solidários e a oferecer apoio mútuo, também na esfera espiritual.

Visto que o nosso amor fraterno vem do Senhor, acolherá e se doará a todos, saberá perdoar e esquecer os erros, como o nosso Pai nos perdoa e nos fará agentes do diálogo e da paz.<sup>42</sup>

### **3.2. Comunnhão e Comunidade Rogacionista**

26. Em nossa Congregação esta reflexão sobre a vida fraterna em comunidade foi abordada pelo VII Capítulo Geral (1986), que nos entregou o documento “*Comunhão e a Comunidade Rogacionista*”.

“E nisto se trata de uma escolha feita pela Congregação de uma providencial, porque como Rogacionista somos gerados da Eucaristia, o sacramento que se revela a comunidade e que antecipa e prepara a comunhão perfeita”.<sup>43</sup>

Fazendo uma leitura da situação o documento não teme de apontar as tensões que por vezes estão presentes nas comunidades e que emergem de algumas “atitudes: dificuldade de aceitar-se com espírito de fé, avaliação e consideração das pessoas com base em critérios de eficiência, o escritório e o trabalho executado; autoridade separada da autoridade; a preeminência do empenho administrativo gerencial do superior em detrimento do da animação espiritual; a mútua e ambígua independência, a escassa

---

<sup>40</sup> Cfr DI FRANCIA A., *Scritti, Regolamenti*, vol. VI, pag. 724 ss.

<sup>41</sup> Cfr. Ib. pag. 739.

<sup>42</sup> Cfr. Ib. art. 78-82.

<sup>43</sup> CCR 5.

atenção e valorização dos talentos pessoais; todas essas são causas e razões para ressentimento e isolamento dentro da comunidade”.<sup>44</sup>

27. Nas passagens seguintes, observa-se que o termômetro da qualidade e intensidade da comunhão pode ser verificado na oração e na celebração eucarística. O olhar sobre a situação termina com a apresentação de sombras e luzes: “A comunhão em nossas comunidades está viva e presente, mas certamente mortificada e minada por individualismos, hipocrisias, introversões, suspeitas, divisões, carreirismo, ativismo, formalismo, nivelamento cultural e cansaço espiritual. Nossas comunidades não são apenas isso, é claro. Aspectos edificantes não faltam como a fraternidade, a liberdade de espírito, a simplicidade, a solidariedade, a amizade e o diálogo”.<sup>45</sup>

Passaram-se trinta e cinco anos desde aquele Documento e ocorreram grandes mudanças no contexto sociocultural e na própria vida consagrada. Mais uma vez, se quiséssemos parar para uma análise, encontraríamos elementos que favorecem e outros que dificultam a vida fraterna em comunidade.

28. Nosso documento afirma que o Rogate está colocado no centro da comunhão entre Deus e os Rogacionistas, porque é uma palavra reveladora da Comunhão Divina, e nos lembra que 1º de julho de 1886 é o dia da Comunhão Rogacionista.

A partir desta premissa, a reflexão dirige-se diretamente à comunidade que deve ser uma comunidade de escuta, de graça, zelosa, fiel e misericordiosa.

Visto que tal comunidade não nasce por encanto, se tem a necessidade de formação para a vida de comunhão desde a promoção vocacional. Neste contexto são interessantes as indicações feitas, recomendadas aos formadores:

“Favoreçam de um lado, um atento acompanhamento individual e cuidadoso e uma autoformação consciente e responsável, facilitando a criatividade e a espontaneidade, por outro, eduquem para viver e se sentir parte viva e vital de um "único corpo": Cristo, o Igreja, a Congregação. Nele, só o que faz toda a comunidade crescer bem organizada é bom, verdadeiro e justo”.<sup>46</sup>

As páginas seguintes esclarecem que o caminho de comunhão fraterna prossegue gradativamente, com percursos adequados às etapas seguintes, como elemento fundamental da formação permanente.

A meta deste percurso é a Comunidade Rogacionista, sinal de Comunhão:

“Iluminada pela Palavra de Deus, fortalecida pelo encontro com o Senhor na Liturgia, alimentada cotidianamente pelo "Pão da vida", a comunidade realiza aquela união fraterna que é sinal e antecipação no tempo da realidade futura, sempre vislumbrada e nunca adquirida totalmente durante a caminhada”.<sup>47</sup>

29. Na parte conclusiva, o documento sintetiza e aprofunda os elementos essenciais a serem atendidos para promover a comunhão fraterna. Detém-se primeiro na Eucaristia, fonte de comunhão com Deus e com os seus irmãos, e adverte: «A comunidade rogacionista, à luz da celebração eucarística de 1 de julho, é chamada a

---

<sup>44</sup> Ib. 17.

<sup>45</sup> Ib. 21.

<sup>46</sup> Ib. 44.

<sup>47</sup> Ib. 60.

descobrir e a viver a sua identidade eucarística interpretando e estruturando sua vida a partir da Eucaristia”.<sup>48</sup>

A seguir, são indicados os elementos da comunhão: oração alma de comunhão, oração rogacionista, autoridade e serviço, obediência e diálogo, observância regular, amor ao Instituto, trabalho, partilha dos bens, dor salvífica, hospitalidade e memória dos coirmãos falecidos.

Por fim, o documento concentra-se nas áreas da comunidade local e indica sugestões úteis sobre alguns importantes momentos e organismos da vida de comunhão, capazes de fazer da comunidade um sinal e um instrumento de comunhão.

### 3.3. A Comunhão fraterna na nossa Regra de Vida

30. Nossas Constituições tem cuidado especialmente deste aspecto da vida fraterna em comunidade, em sua dimensão carismática, e nos oferecem um precioso meio de revisão da vida.

Somos exortados a reconhecer e amar a Congregação como nossa família espiritual. Nela vivemos juntos como irmãos, iguais, no mesmo espírito, nos ideais, no apostolado e, sobretudo, na santidade de vida.<sup>49</sup> O nosso amor fraterno, para ser autêntico, deve nascer de um coração livre de laços exclusivos e aberto à autêntica comunhão com Deus e com os irmãos.<sup>50</sup> Nesta autêntica fraternidade espiritual, que se torna amizade, dom e serviço mútuo, testemunhamos a escolha da castidade para o Reino.<sup>51</sup>

Após as indicações acima mencionadas, as Constituições, na segunda parte, A vida consagrada rogacionista, dedicam o capítulo VIII à "vida fraterna em comunidade", que é um dom do Espírito <sup>52</sup>que nos chama a viver o mesmo carisma, sob a mesma regra, para a mesma missão. Lembrem-nos, então, que o novo mandamento de Jesus: *Amai-vos como eu vos amo* (Jo 15,12), segundo o ensinamento do nosso Fundador, embora *constitua a insígnia dos verdadeiros cristãos, é um preceito primordial para este Instituto. ., como amar a Deus acima de todas as coisas, com todo o seu coração, com toda a sua alma, com todas as suas forças.*<sup>53</sup>

31. A comunidade, dom do Espírito, funda-se na espiritualidade de comunhão e se constrói em torno do *centro amoroso*<sup>54</sup> da Eucaristia. Nesta escola, apesar das muitas diversidades, aprendemos o diálogo e a convivência fraterna, comprometendo-nos a cultivar as virtudes que estão na base de toda a convivência social, como “o culto da verdade, sem o qual a paz e o bem comum são impossíveis; sinceridade nas relações pessoais; justiça aplicada com misericórdia; respeito pelas opiniões dos outros e pela bondade expressa na preocupação concreta por todos os confrades”.<sup>55</sup>

Nosso vínculo sobrenatural e a partilha da missão carismática nos levam a dar importância aos tempos previstos de vida comunitária que fortalecem concretamente a

---

<sup>48</sup> Ib. 67.

<sup>49</sup> Cfr. Cost. art. 4.

<sup>50</sup> Cfr. Ib. art. 33.

<sup>51</sup> Cfr. Ib. art. 36.

<sup>52</sup> Cfr. VFC 8.

<sup>53</sup> Cfr. art. 50. DI FRANCA A. M., *Declarações e Promessas*, 9ª, in *Scritti*, V, p. 591.

<sup>54</sup> DI FRANCA A. M., *Regolamenti per le Figlie del Divino Zelo*, in *Scritti*, VI, p. 396.

<sup>55</sup> Cost. art. 51.

vida fraterna.<sup>56</sup> Crescemos juntos como comunidade e individualmente se somos capazes de nos escutar no confronto “mais frutuoso e humildade, gerando respeito, compreensão e criatividade”.<sup>57</sup> Deste modo, a alegria de estar juntos pode surgir do esforço do diálogo, que se torna um autêntico testemunho evangélico que fascina e envolve.<sup>58</sup>

Santo Aníbal amou Jesus e os Pobres com um único amor. Se a nossa fraternidade cresce em torno da Eucaristia, ao mesmo tempo deve ser distinguida porque vive com e para os pobres.<sup>59</sup> Pelo mesmo motivo e mais ainda, a comunidade está próxima dos irmãos idosos e enfermos.<sup>60</sup>

32. Cada um de nós é chamado a sentir-se responsável e a promover a qualidade da vida comunitária, que «se manifesta sobretudo num estilo de vida simples e sóbrio e encontra a sua melhor expressão na oração quotidiana, no respeito e na acolhida de cada irmão. Por isso, nos abrimos à compreensão mútua, ao perdão mútuo e à correção fraterna, acolhendo na caridade nosso irmão em dificuldade. Compartilhamos momentos de descontração”.<sup>61</sup> Às vezes sentimos o incômodo de não perceber ao nosso redor uma comunidade que nos ajude a crescer humana e espiritualmente. Neste caso, devemos nos perguntar qual é o nosso compromisso para promover o crescimento de nossa comunidade. As Constituições, na parte conclusiva deste importante capítulo, focam dois componentes particularmente preciosos para o sustento de nossa vida fraterna em comunidade. Relataremos na íntegra para não perder nenhuma das sábias indicações que nos confiam.

«Art. 56 - A orientação do Superior - O papel do Superior é fundamental para dar sentido e qualidade à vida da Comunidade”. A ele é confiada a exigente tarefa de uma presença constante, capaz de animar, propor, ajudar, promover o diálogo e tomar decisões ponderadas. Guiado pelo Superior, a Comunidade encontra-se em harmonia na fraternidade e eficiente no serviço apostólico e ministerial». <sup>62</sup>

33. Sobre autoridade e serviço, o documento capitular (1986) *Comunhão e Comunidade Rogacionista* se expressa assim: “A autoridade de quem preside a comunidade na caridade é um sinal da autoridade de Cristo, que se expressa em termos de serviço, até o dom total da vida (Jo 10,11-12). O ofício de superior na comunidade deve ser exercido da mesma forma. Concretiza-se em guiar, com a palavra e com o exemplo de vida, os confrades à santidade; em garantir que ninguém se perca (Jo 17:12) e fique para trás no caminho do crescimento; em ajudar, encorajar, promover, amar e estimar os irmãos que lhe foram confiados”.<sup>63</sup>

«Art. 57 - Encontros comunitários e instâncias de participação - Na vida fraterna cada membro é chamado à corresponsabilidade e à participação na missão, no exercício do diálogo e do discernimento”. As reuniões comunitárias e os vários órgãos de participação são lugares e momentos de crescimento na espiritualidade de comunhão e na procura da vontade de Deus, por isso intervimos responsavelmente com espírito de

---

<sup>56</sup> Cfr. Ib. art. 52.

<sup>57</sup> Ib. art. 53.

<sup>58</sup> Cfr. Ib. art. 54.

<sup>59</sup> Cfr. Ib. art. 55.

<sup>60</sup> Cfr. Ib. art. 59.

<sup>61</sup> Ib. art. 58.

<sup>62</sup> Cfr. FaT 20; VFC 50.

<sup>63</sup> CCR 71.

colaboração e obediência, oferecendo ao Superior as melhores condições para o fazer. as decisões necessárias em vista do bem da vida fraterna e da missão».<sup>64</sup>

O referido documento ainda nos fornece uma sugestão para tornar as reuniões comunitárias verdadeiramente preciosas, falando do Conselho de Família:

“O conselho de família é o organismo que faz com que todos os irmãos participem e sejam responsáveis pela vida da comunidade. Deve ser caracterizada pela verdade, sinceridade, respeito mútuo e caridade. Aqui os Rogacionistas mostram sua capacidade de dialogar com atenção e respeito pela opinião dos outros. O conselho de família oferece uma possibilidade muito significativa para a comunidade crescer em comunhão através da partilha de responsabilidades e decisões”.<sup>65</sup>

### **3.4. A abertura missionária e a descentralização da Congregação**

34. Na década de 1950, inicia-se a abertura missionária na Congregação fora da Itália, gradativamente nas Américas e depois, na década de 1970, nas Filipinas e na África, além disso, na Índia e na Europa e, recentemente, também na Austrália. De 155 religiosos, em 31 de dezembro de 1950, com a bênção do Senhor, passamos em 31 de dezembro de 2020 para 591 coirmãos.

Foi um caminho de crescimento para a Congregação que se deu num contexto sociocultural de grandes mudanças, com algumas implicações positivas e outras problemáticas.

35. O documento final do XII Capítulo Geral, "*Vendo as multidões, sentiu compaixão por elas e disse: Rogate*" - *Nossa identidade carismática nos desafios de hoje*, descreve brevemente os problemas de hoje e os desafios da vida consagrada Rogacionista.

“Como Instituto religioso, enfrentamos muitos problemas, como o equilíbrio das diferentes dimensões da vida consagrada, o exercício da autoridade e da obediência, a formação das novas gerações, a crise vocacional e em particular a do irmão religioso, o envelhecimento, a inserção em novos contextos geográficos, a aceitação e integração das diversidades étnicas e culturais, a expansão do apostolado paroquial, a dinâmica da descentralização, o repensar das estruturas e das obras apostólicas, a crise econômica.

Estes problemas se resumem em um triplo desafio: fazer da nossa existência testemunho evangélico, encontrar motivos de alegria e de celebração na vida fraterna em comunidade, viver o compromisso de seguimento e a missão como anúncio de misericórdia e profecia”.<sup>66</sup>

36. Constatamos que nas diversas áreas geográficas e circunscrições existem vários problemas mencionados no referido documento. A descentralização administrativa, com o estabelecimento das Províncias, Quase província e Delegações, por um lado deu às Circunscrições uma autonomia própria para facilitar a gestão das realidades locais, por outro as fez enfrentar dificuldades para lidar com emergências particulares.

---

<sup>64</sup> Cfr. VFC 50.

<sup>65</sup> CCR 85.

<sup>66</sup> VLF 22.

As Constituições, atualizadas tanto pela necessidade de incorporar o desenvolvimento da teologia da vida religiosa como de codificar a nova estruturação da Congregação ocorrida com a descentralização, sentiram a necessidade de destacar que no caminho da Congregação deve-se salvaguardar, ao mesmo tempo, descentralização e unidade e um sentimento de pertença.

“A missão que compartilhamos nos chama a participar, com responsabilidade em vários níveis, das escolhas de toda a Congregação. Portanto, quem exerce o serviço de autoridade privilegia esta participação segundo os métodos previstos pelos ordenamentos jurídicos. A descentralização da Congregação conjuga a unidade do Instituto e a justa autonomia das suas partes, segundo o princípio da subsidiariedade, mediante uma adequada distribuição de competências e poderes”.<sup>67</sup>

37. É uma sabia disposição que responde a uma necessidade existencial da Congregação, que é uma instituição viva, no seu todo e nas suas partes. E, portanto, como acontece em todo organismo vivo, as partes são interdependentes entre si e com o todo.

Devemos concordar que a alma para o bom caminho da Congregação como um todo é o profundo sentido de pertença e vida fraterna.

“Reencontrar motivos de alegria e de celebração na vida fraterna em comunidade “é um dos três desafios que o Capítulo Geral nos coloca”. Pode parecer uma utopia, se pensarmos em todas as dificuldades que as nossas comunidades têm que enfrentar, mas é um convite à esperança, alicerçada na fé e também no nosso compromisso pessoal.

### 3.5. Em sinal de sinodalidade

38. No Sínodo dos Bispos de 2018 sobre o tema "Jovens, fé e discernimento vocacional", foi dado amplo espaço à sinodalidade. Na Exortação Apostólica pós-sinodal "*Christus vivit!*", Dirigida aos Jovens e a todo o Povo de Deus, o Papa Francisco se prolonga na sinodalidade com considerações que se referem diretamente ao mundo da pastoral juvenil, mas que conservam o mesmo valor e relevância se atribuído à vida religiosa.

“A pastoral juvenil só pode ser sinodal, isto é, capaz de dar forma a um "caminhar juntos" que implica uma "valorização dos carismas que o Espírito dá de acordo com a vocação e o papel de cada um dos membros [da Igreja]. , através de um dinamismo de corresponsabilidade. Animados por este espírito, poderemos caminhar para uma Igreja participativa e corresponsável, capaz de valorizar a riqueza da variedade que a compõe, acolhendo também com gratidão a contribuição dos fiéis leigos, incluindo jovens e mulheres. , a da vida consagrada feminina e masculina., e a dos grupos, associações e movimentos. Ninguém deve ser colocado ou ser capaz de ficar de lado». <sup>68</sup>

“Assim, aprendendo uns com os outros, poderemos refletir melhor aquele maravilhoso poliedro que deve ser a Igreja de Jesus Cristo. Pode atrair os jovens precisamente porque não é uma unidade monolítica, mas uma rede de vários dons que o Espírito incessantemente derrama nela, fazendo-a sempre nova apesar de suas misérias”.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> Const. art. 133.

<sup>68</sup> CV 206.

<sup>69</sup> Ib. 207.

39. As palavras "caminhar juntos" melhor expressam a sinodalidade e nos lembram que, quando não encontramos apoio e estímulo na ajuda fraterna, corremos o risco de não encontrar forças para seguir em frente.

O questionamento sobre a sinodalidade afeta tanto o Governo Geral como os Governos das Circunscrições e das Comunidades individuais, cada um com suas próprias energias e fraquezas, recursos e deficiências. O que não deve faltar é, de facto, o sentido de pertença, o sentimento, nem mais nem menos, de verdadeira "família", quando falamos da nossa Congregação ou da nossa Família Religiosa.

Isso significa cada um de nós carregar o fardo dos outros, os problemas, mas também as riquezas, encarregar-se dos sofrimentos, mas também compartilhar as alegrias, encorajando-nos e apoiando-nos na superação dos momentos de crise e ampliando juntos o olhar e o coração à esperança.

Para passar das afirmações de princípio aos aspectos práticos, nossa sinodalidade precisa se expressar no compartilhamento da análise das situações, na identificação compartilhada dos objetivos a serem alcançados, das etapas a serem percorridas e dos projetos a serem realizados. , ou seja, o planejamento de toda a jornada., em que convergem os programas individuais.

A unidade de mentes e corações deve então ser seguida pela unidade de forças. O Papa Francisco em muitas ocasiões nos exorta a ter cuidado com a auto referencialidade.<sup>70</sup> Pode ser uma tentação tanto para as pessoas como para as várias partes que constituem uma Congregação, que devem se identificar na pessoa de um santo Fundador, de um único carisma e de uma única missão compartilhada. No nosso caso é (o de) dar o carisma de Rogate à Igreja e ao mundo. Esta é a direção em que somos chamados a remar juntos.

### **3.6. A nossa Família Religiosa**

40. A descentralização da Congregação começou há algumas décadas e deu-se através da constituição de algumas Circunscrições como Províncias, visto que foram reconhecidos os requisitos necessários para uma autonomia adequada, outras como Quase Províncias e outras ainda como Delegações. Podemos, com razão, falar de *trabalho em curso* porque a necessidade de descentralização anda de mãos dadas com o crescimento da Congregação.

Tal situação envolve uma direção que, através do discernimento compartilhado, leve em conta o caminho global da Congregação; que está ciente das fraquezas e pontos fortes de cada uma das partes; que pode fazer um discernimento sobre as escolhas mais adequadas a serem feitas em relação à consolidação da Congregação no seu conjunto e nas suas partes individuais e, portanto, intervir para promover a unidade das forças a serem postas em prática.

41. É necessário para avançar concretizar às necessidades da sinodalidade e traduzir a partilha em opções operacionais.

Façamos algumas considerações gerais. As situações nas circunscrições, em alguns aspectos, são muito diferentes.

---

<sup>70</sup> Cfr. EG 8.

Os caminhos são diversos, porque alguns têm uma história secular, outros apenas algumas décadas. Existem, pois, presenças ainda mais recentes, com bom crescimento, que estão em condições de se desprender da Circunscrição materna e iniciar o seu próprio caminho, que em todo o caso necessita de apoio e acompanhamento. Entre as Circunscrições existe uma disparidade de recursos porque em algumas há muitos religiosos que já completaram a primeira formação e os que estão em vias, alguns principalmente jovens, enquanto em outras os religiosos estão, em média, com idade avançada e insuficientes para conduzir os trabalhos.

A riqueza de pessoal muitas vezes é contrariada pela precariedade econômica, que também pode levar a limitar o ingresso de novas vocações, por medo de não conseguir fazer frente ao compromisso econômico que deve ser enfrentado para o seu caminho formativo. Por outro lado, nas Circunscrições com escassez de vocações, em geral não faltam recursos econômicos, embora no último período tenham diminuído significativamente.

As circunscrições em fase de crescimento precisam amadurecer na experiência, formar seus formadores, promover o nascimento e (o) crescimento das obras sócio-caritativas e preparar religiosos idôneos para orientá-las, enfrentar os custos da construção dos centros de apostolado. Por outro lado, as Circunscrições que reclamam da falta de pessoal religioso têm dificuldade em administrar grandes edifícios, porque muitas vezes são pouco utilizados.

No enfrentamento destas e de outras dificuldades, buscam-se soluções locais e, em alguns momentos, até fora da própria área geográfica, especialmente no contexto da promoção vocacional.

É natural e compreensível que isso aconteça, mas deve ser igualmente importante e necessário alargar o nosso olhar à Congregação como um todo. É verdade que se pode temer o risco de enfrentar as dificuldades das outras Circunscrições, mas, ao mesmo tempo, deve-se estar ciente de que assim também os recursos são compartilhados.

42. Considerando este quadro de situação do todo, deve ter convicção profunda de que somos uma única instituição, um organismo vivo no qual as várias partes - pessoas, comunidades e circunscrições - recebem e doam (ao mesmo tempo), em um intercâmbio vital.

Daí a importância de que no primeiro caminho formativo se tenha o cuidado de inculturar o carisma na realidade local e, ao mesmo tempo, de alargar o olhar dos jovens em formação a toda a Congregação. Se os jovens cresceram com a convicção de que toda a Congregação é a sua casa, naturalmente se interessarão por saber qual é o caminho das outras Circunscrições e cultivarão uma vontade missionária de ir, com sentido de liberdade, para onde a fraternidade chama, porque onde quer que estejam, se sentirão em casa, com seus irmãos.

Se for essa a situação e se você crescer com essa sensibilidade, é claro que é necessário um direcionamento que tenha uma visão ampla e tão completa quanto possível das diversas realidades. É necessária uma rede ativa entre as Comunidades e as sedes dos Governos de Circunscrição, e portanto do Governo Geral, na qual se partilhem os problemas e as dificuldades, as disponibilidades e os recursos.

43. Com isto em mente, sem dúvida, nos vários níveis - de Irmãos, Comunidades e Circunscrições - estaremos preocupados ao mesmo tempo com as necessidades e o

caminho pessoal, da nossa própria Comunidade, da Circunscrição e da Congregação em geral.

Isso não é novidade, porque esta partilha e colaboração é lembrada por nossa legislação e se tornou operativa após o processo de descentralização da Congregação. Recentemente, depois dos encontros das Conferências de Superiores e Conselhos de Circunscrições, este aspecto foi aprofundado e as “*Orientações para o intercâmbio de pessoal religioso entre as Circunscrições*”, promulgadas com a carta circular de 24 de outubro de 2020, prot. n. 220/20. A decisão de iniciar o Estudantado Internacional de Roma, que terá início em setembro próximo, também faz parte dessa perspectiva.

Provavelmente, para facilitar este processo, teremos de adaptar ainda mais a nossa legislação a esta necessidade de partilha, colaboração e coordenação, com o acréscimo de alguns artigos das normas ou de algumas corretivas, mas antes disso será necessário promover, em toda a Congregação, o caminho de crescimento do sentido de pertença.

Da Imitação de Cristo chega-nos um ensinamento muito antigo sobre o valor da partilha comunitária: “Quem procura o seu bem pessoal perde também o bem que pertence à vida em comum”.<sup>71</sup>

### 3.7. A Pertença a Circunscrição

44. Acabamos de lembrar que as *Constituições* nos dizem que “a descentralização da Congregação combina a unidade do Instituto com a justa autonomia de suas partes”.<sup>72</sup> Era uma escolha obrigatória dividir a Congregação em Circunscrições, visto que ela crescia em áreas geográficas muito distantes e culturalmente distintas.

Isto aconteceu “para melhor difundir e realizar o carisma e a missão nos diversos lugares e culturas”, como nos recordam as *Constituições*, que renovam a exortação a caminhar juntos, afirmando que “a unidade e a comunhão de toda a Congregação são bens supremos para ser guardado e perseguido com todo o compromisso”.<sup>73</sup>

Como recordamos, a legislação insiste em recomendar a proteção da unidade da Congregação juntamente com a justa autonomia das Circunscrições, porque reconhece que são dois aspectos complementares por natureza. Para facilitar o diálogo entre estes dois aspectos, assume-se o princípio da subsidiariedade, “segundo funções e responsabilidades partilhadas. Assim, a rede de relações inerva o tecido vital da Congregação e constitui a base de uma verdadeira comunhão entre os confrades, permitindo reconhecer a variedade de formas de comum expressão de vocação e missão”.<sup>74</sup>

45. Portanto, a subsidiariedade como corresponsabilidade no respeito aos papéis. Outro aspecto que caracteriza a subsidiariedade é a partilha, como nos lembra a *Vida Fraterna em Comunidade*: “As novas estruturas de governo, surgidas das *Constituições* renovadas, exigem muito mais participação dos religiosos e religiosas. Daí a emergência de uma forma diferente de lidar com os problemas, através do diálogo comunitário, da corresponsabilidade e da subsidiariedade. Todos são membros interessados nos

---

<sup>71</sup> Cfr. TOMAS DE KEMPIS, *Imitação de Cristo*, livro III cap. 13, 1.

<sup>72</sup> Cost. art. 133.

<sup>73</sup> Ib. art. 168.

<sup>74</sup> Ib. art. 169.

problemas da comunidade. Isso muda consideravelmente as relações interpessoais, com consequências na forma de ver a autoridade”.<sup>75</sup>

*Por vinho novo, odris novos*, indica um novo elemento útil para a compreensão, quando define “a subsidiariedade como exercício de confiança mútua e colaboração generosa de todos e com todos”.<sup>76</sup>

A escolha de uma eventual ereção ou supressão de uma Casa, que ocorre "após consulta ou proposta do Superior da Circunscrição em questão",<sup>77</sup> é colocada na linha de subsidiariedade. A reflexão que estamos fazendo nos leva a crer que tal escolha, salvo por motivos excepcionais, deve encontrar um lugar no planejamento, de acordo com o Governo Geral, que é competente para o caminho da Congregação, com o qual o da Congregação deve ser harmonizado. Circunscrições. Portanto, na normalidade das coisas, essas escolhas devem ser comparadas juntas desde o início. É compreensível que os Governos das Circunscrições façam pesquisas, mas não que dêem passos de alguma forma desafiadores.

46. As Circunscrições têm um Diretório próprio, regulamento interno que permite, com o discernimento do Capítulo ou da Assembleia, e com a devida autorização, adaptar alguns artigos das Normas às realidades locais.<sup>78</sup> Provavelmente, pode ser oportuno que nesta norma particular também haja espaço para a exortação a viver a pertença à Comunidade e à Circunscrição juntamente com o sentido de pertença à Congregação.

Acabamos de lembrar as "*Diretrizes para o intercâmbio de pessoal religioso entre as Circunscrições*", que devem ser incluídas nesta visão unitária da Congregação.

A nossa legislação, oportunamente, deixa a troca de Pessoal Religioso ao discernimento do Superior Geral, porque intervém no contexto de situações particulares que devem ser avaliadas no desenvolvimento global da Congregação. Sem dúvida, a principal motivação para o intercâmbio de pessoal deve ser a ajuda fraterna entre as Circunscrições, que se baseia na generosidade e na disponibilidade missionária das pessoas.

Esta motivação de fundo pode por vezes estar associada a uma situação de desconforto que um religioso pode vivenciar no contexto em que se encontra, por motivos particulares, ou ao desejo de expressar a sua própria identidade rogacionista numa circunscrição em que acredita poder submeter-se bom uso, dons pessoais recebidos do Senhor. Em outras palavras, deve-se ter em mente que quem entra na Congregação faz o seu ingresso na Circunscrição, mas, ao mesmo tempo, pertence à Congregação como um todo.

Voltemos (agora) à importância de adquirir esta abertura desde a primeira formação, numa clara dimensão missionária.

47. Sobre este tema da ligação entre as Casas, as Circunscrições e a Congregação, temos nas *Constituições* um artigo, particularmente significativo, relativo à solidariedade na partilha dos bens materiais, que desejo relatar: “*Colaboração entre Casas e Circunscrições* - Cada comunidade, em sua administração temporal, sente a responsabilidade e o interesse constante pelo desenvolvimento da Congregação. Evite

---

<sup>75</sup> VFC 5.

<sup>76</sup> VNON 31.

<sup>77</sup> Cost. art. 154

<sup>78</sup> Cfr. Ib. art. 180.

todas as formas de luxo, renda excessiva e acúmulo de bens.<sup>79</sup> Colabora ativamente com a Circunscrição e o Governo Geral, em espírito fraterno de partilha dos bens”.<sup>80</sup>

A justa repartição dos bens deve ter como fundamento, antes de tudo, a convicção de que os bens que administramos pertencem à Congregação, à Igreja e, portanto, aos Pobres.

A normativa prevê acertadamente que as Circunscrições e as Comunidades gozem, na medida do possível, de uma autonomia econômica que lhes permita enfrentar a gestão da Circunscrição ou da Casa, no que se refere à vida e ao apostolado, com tudo o que os conduz.

Devemos administrar os bens com confiança na Providência divina, mas também com sabedoria, clarividência, pesando a programação e realizando a sua verificação, cuidando e poupando para fazer face ao imprevisto e às necessidades da manutenção da casa.

48. A parte final do art. 190 das *Constituições*, no que se refere à reflexão que realizamos sobre a comunhão fraterna, é um claro convite a passar das declarações (de princípio) e das boas intenções aos fatos concretos, tornando nossas as palavras do *Código de Direito Canônico* (em papel).

Somos convidados, em primeiro lugar, a evitar o luxo, que vai de encontro à nossa opção de nos dedicarmos aos Pobres e de conviver com eles.

Somos exortados a evitar ganhos excessivos, porque isso pode facilmente corresponder a uma perda de renda justa por parte dos outros confrades. Outro motivo para evitar ganhos excessivos pode derivar da escolha que professamos da liberdade dos bens materiais e da gratuidade em nosso serviço apostólico.

Em seguida, somos advertidos a evitar a acumulação, tanto pelo dever de ajudar os pobres, como porque, como verdadeiros irmãos com as outras comunidades da Circunscrição e com os confrades das outras Circunscrições, temos o dever de uma partilha equitativa dos bens.

49. Na base desta opção de partilha devemos colocar o critério de que, todos nós, em solidariedade, queremos promover o caminho da Congregação, como um todo, e devemos estar cientes de que também os recursos das pessoas e os econômicos. outras visam, ao mesmo tempo, o bem. não só da própria comunidade e / ou circunscrição, mas também de toda a Congregação.

Também nesta área é necessário um direcionamento que tenha uma visão ampla do caminho que está a percorrer, das fragilidades e dos pontos fortes, das necessidades e das riquezas, no sentido mais amplo. Este papel pertence ao Governo Geral, pela confiança e mandato que obteve do Capítulo Geral, e é necessário que o Superior Geral com o seu Conselho sejam assumidos com responsabilidade, na subsidiariedade e na sinodalidade. O Governo Geral, com base na legislação, deve ter a possibilidade concreta de se tornar referência e ponto de encontro dos recursos e pedidos de ajuda provenientes das Comunidades e das Circunscrições, realizando uma ação eficaz de mediação e distribuição equitativa.

---

<sup>79</sup> Cfr. CIC 634, 2.

<sup>80</sup> Const. art. 190.

### 3.8. A célula da comunidade unida

50. Na reflexão que fazemos sobre a vida fraterna na Comunidade, dirigimos deliberadamente o nosso olhar constantemente ao caminho da Congregação, a família que nos acolheu na adolescência, jovem ou velha, e que se tornou a nossa nova casa, a serviço dos Senhor, segundo o carisma do Rogate, que nos foi dado para dá-lo à Igreja e ao mundo.

A comunidade religiosa é uma célula viva da Congregação, que vive da vida das suas partes, Circunscrições e Comunidades.

Existe uma clara interdependência na Congregação entre as instituições que desempenham o serviço da autoridade - a nível central, de circunscrição e local - e as comunidades religiosas, por elas animadas e guiadas. Diz-se que todo povo tem os governantes que merece. Uma Congregação que, na generalidade dos seus membros, tenha responsáveis, coerentes na escolha da consagração, empenhados, muito facilmente na escolha dos que serão chamados a cumprir o serviço da autoridade, identificará pessoas idôneas, e um círculo virtuoso será estabelecido. A história, porém, também pode nos trazer exceções em todos os níveis, político e social, eclesial ou congregacional.

51. Já nos concentramos nas mudanças que se encontram nas comunidades religiosas hoje, para um conjunto de elementos dependentes das situações socioculturais em mudança e, provavelmente, também de escolhas mais ou menos adequadas.

Além disso, embora hoje os novos meios de comunicação social provoquem o novo fenômeno da globalização, eles persistem nas diferentes áreas geográficas e culturais, variáveis compreensíveis no estilo de vida da comunidade religiosa local.

O XII Capítulo Geral, no documento conclusivo sobre o tema particular “*Vendo as multidões, ele sentiu compaixão por elas e disse: Rogate - Nossa identidade carismática nos desafios de hoje*” ao lidar com os desafios da vida consagrada Rogacionista hoje, ele olha em particular para a vida fraterna em comunidade.

O documento é introduzido com a palavra "alegria", mas o objeto de reflexão é o tema "comunhão", do qual, quando é autêntica, brota a alegria.

Queremos reler estas considerações iluminadas do Capítulo Geral:

### 3.9. A Alegria da Vida Fraterna em Comunidade

52. “Na vida fraterna em comunidade exprimimos a alegria e a celebração da convivência, que dizem respeito principalmente à felicidade interior e profunda de pertencer a uma história comum, marcada pelo carisma de Rogate. Por isso, somos chamados a construir comunidades que sejam escolas de oração, lugares de encontro e diálogo, onde possamos viver com confiança, estima, apoio e atenção mútua. Redescobrir-nos todos os dias como “irmãos” em Cristo é um fator decisivo para a afirmação de nossa identidade e pertença a uma Congregação percebida como uma “família»”.<sup>81</sup>

---

<sup>81</sup> VLF 28.

“A valorização deste aspecto alegre da vida comunitária representa certamente um factor de testemunho credível e de atracção para os jovens que procuram fazer na sua vida «algo belo para Deus”.<sup>82</sup>

“Algumas comunidades experimentam cada vez mais a desproporção entre a carga apostólica e o número insuficiente de religiosos. Além disso, corre-se o risco de que a atividade apostólica seja vivida às vezes de forma individualista e sem referência à comunidade. Neste contexto, o serviço da autoridade é chamado a intervir tanto para reduzir as atividades apostólicas, se necessário, como para harmonizar as iniciativas de cada religioso com o projeto apostólico da Comunidade e da Circunscrição”.<sup>83</sup>

“No exercício das múltiplas atividades apostólicas, muitas vezes corre-se o risco de negligenciar a dimensão espiritual e a própria vida comunitária. A presença no meio do povo de Deus, especialmente no mundo dos jovens, deve ajudar-nos a procurar e a viver uma vida mais intensa de união com Deus, a testemunhar a beleza da vida em Cristo e a própria alegria de vida fraterna em comunidade”.<sup>84</sup>

---

<sup>82</sup> Ib. 29.

<sup>83</sup> Ib. 30.

<sup>84</sup> Ib. 31.

## **Quarto Capítulo**

### **A Comunidade, rumo à plenitude da Comunhão**

#### **4.1. Comunidade a Construir**

53. Normalmente em documentos, em linguagem politicamente correta, são utilizadas as palavras que definem situações ideais, na esperança de que reflitam condições reais. Especificamente, nos lembramos que devemos "viver juntos" e que daí deve brotar "alegria" e "celebração". É imediatamente esclarecido que a "felicidade" é "interior e profunda" e que deriva da escolha comum e da fidelidade ao carisma.

Com este esclarecimento, que coloca a alegria no nosso coração como prioridade, uma alegria que ninguém pode tirar, surgem algumas dúvidas de que o nosso estar juntos, por motivos e situações diversas, às vezes pode parecer mais um funeral do que uma festa.

Daí o convite a "construir" a comunidade, comprometendo-nos todos juntos. Pôde-se observar que os Superiores que designam os religiosos constroem a comunidade, às vezes não avaliando com cuidado a capacidade que têm de viver e trabalhar juntos da melhor maneira.

Mas o documento, sem ignorar o fato de que confrades de diferentes idades, culturas e diferentes caminhos de formação podem ser encontrados juntos, olha com confiança a possibilidade de construir uma comunidade tão ideal quanto possível. Convida-nos a redescobrir todos os dias que somos "irmãos" em Cristo, porque esta pertença fundamental na caridade constitui a base e o fundamento da nossa fraternidade na Congregação.

É uma observação muito sábia: para construir a comunidade, devemos redescobrir dia após dia nossa identidade de irmãos. Às vezes somos rápidos em colocar a culpa das disfunções na comunidade que nos acolhe e não nos perguntamos qual é a nossa contribuição para a construção da comunidade.

Uma vez que o fundamento sagrado de nossa convivência tenha sido assegurado, o documento enfatiza os elementos humanos que devem assumir. Em primeiro lugar, devemos ter e intuir o sentido de "pertença à Congregação percebida como família". Significa redescobrir a cada dia que somos verdadeiros irmãos. Não nos sentiremos estranhos para aqueles com quem vivemos, vivendo lado a lado.

54. Podemos construir nossa fraternidade se tentarmos confiar no outro. Devemos superar a desconfiança e a suspeita. Mesmo quando temos dúvidas, devemos nos esforçar (para) sempre pensar bem. Se então, objetivamente, encontramos no irmão um comportamento hostil ou incorreto ou que consideramos perigoso, devemos ter misericórdia, pois nosso Pai que está nos céus é misericordioso e dá os passos necessários conforme indicado no Evangelho de Mateus (18, 15-17).

Somos exortados a estimar nossos irmãos. Cada um de nós tem dons e fraquezas.

A tagarelice e a fofoca, que se detêm para sublinhar os aspectos negativos, geram desconfiança e desdém; por outro lado, a valorização das qualidades de nossos irmãos torna-se um elemento construtivo de convivência.

O estar juntos deve levar-nos a estar atentos aos outros, certamente não a apontar o dedo, mas antes a estarmos prontos, quando nos apercebemos de algum problema ou

dificuldade, a correr para ajudar com prontidão e generosidade, movidos pela verdadeira caridade.

#### **4.2. Comunidade, lugar de Encontro e de Dialogo**

55. O artigo do documento capitular em que nos referimos, ao mesmo tempo que reitera que o dom da consagração e as virtudes humanas da confiança e da (des) estima, atenção e apoio são o fundamento da nossa vida fraterna em comunidade, dois aspectos que definem o religioso comunidade como *lugar de encontro e diálogo*.

56. A expressão *ponto de encontro* devemos dar um sentido amplo e não redutivo. Não se destina a ser um lugar onde se vai encontrar, mas sim um ambiente em que vivemos e nos encontramos, às vezes colidem e depois continuamos a se encontrar.

Encontramo-nos juntos em um contexto de vida e trabalho, com nossas próprias idéias e hábitos, com nossa própria natureza e cultura, humores, enfermidades, entusiasmo ou depressão, saúde ou doença, bom humor ou frustração, fervor espiritual ou cansaço, dúvidas e certezas, virtudes e defeitos. É normal que surjam dificuldades de convivência e, quando as comunidades são compostas por um número mínimo de presenças, a situação pode ficar ótima, se você conseguir ter um bom entendimento, ou insuportável se ficar junto é difícil.

Uma variável em relação à Comunidade como lugar de encontro é a sua mutação, ou seja, a inserção ou transferência de alguns confrades. São circunstâncias que podem melhorar ou piorar a situação.

57. Estas considerações levam-nos a concluir que devemos fazer da Comunidade também um lugar de *diálogo*.

O tema do "diálogo" entrou, depois do Concílio, na doutrina da vida religiosa, como um elemento importante para o discernimento da vontade de Deus, em particular no serviço da autoridade em relação à atribuição de funções ou cargos aos religiosos.

O diálogo, em vista do discernimento, é importante quando nos reunimos para a *lectio divina*, para nos perguntarmos o que a Palavra de Deus nos diz para melhorar nossa vida religiosa e nosso apostolado.

A escuta faz parte do diálogo, porque obviamente não pode haver diálogo se não houver uma escuta real do outro, uma escuta livre de preconceitos, que nos impede de aceitar os argumentos que se formulam; deve ser uma escuta cheia de empatia, que leve a acolher a pessoa sobretudo, e ajude a compreender mais facilmente a comunicação do seu pensamento.

O diálogo também deve ser livre. Deve haver respeito pelas pessoas e suas idéias, mas isso não significa que você deva ter medo de apresentar suas idéias, porque a solução mais adequada pode ser alcançada justamente a partir da comparação e da dialética entre os diferentes pontos de vista.

58. Os lugares privilegiados de encontro e diálogo são: o Conselho da Casa, que assiste o Superior local na animação e governo da Comunidade, e o Conselho da Família. Este último "tem por finalidade o planejamento e a verificação periódica das atividades comunitárias, apostólicas e administrativas da Casa e de seus membros. Nele

se avaliam os métodos e os frutos das atividades realizadas e, sobretudo, se compara o próprio modo de viver com o Evangelho, regra suprema da vida religiosa”.<sup>85</sup>

O bom funcionamento de uma comunidade, especialmente quando administra várias e complexas obras de apostolado, precisa de um planejamento cuidadoso, que deve traduzir-se em um projeto de vida comunitária, a ser elaborado em conjunto, a ser executado com responsabilidade e a ser verificado. As Normas nos recordam: “Em cada comunidade traçamos o Projeto de vida comunitária, para organizar a vida espiritual e fraterna, planejar as iniciativas de formação permanente e harmonizar as atividades e os compromissos apostólicos internos e externos. O planejamento cuidadoso, na verdade, também favorece a disciplina”.<sup>86</sup>

Para esta realização contamos com uma ajuda válida no "*Projeto Rogacionista de Formação Permanente - Reviva o dom de Deus que está em ti*", que nos fornece um guia prático para concretizar este importante acontecimento na vida da Comunidade.<sup>87</sup>

O documento do XII Capítulo geral sobre o tema do planejamento da vida da Comunidade acrescenta outras observações pertinentes. Ele lembra que algumas comunidades “experimentam cada vez mais a desproporção entre a carga apostólica e o número insuficiente de religiosos”. Além disso, acrescenta, «corre-se o risco de que a atividade apostólica seja vivida por vezes de forma individualista e sem referência à comunidade». Evidentemente, há um desequilíbrio, também acentuado por escolhas pessoais inadequadas. Daí a advertência: «Neste contexto, o serviço da autoridade é chamado a intervir tanto para reduzir as atividades apostólicas, se necessário, como para harmonizar as iniciativas de cada religioso com o projeto apostólico da Comunidade e da Circunscrição”.<sup>88</sup>

### 4.3. Comunidade, Casa e Escola de Oração

59. A Comunidade é um lugar de encontro e de diálogo fraterno, mas antes mesmo que se reúna como um só coração e uma só alma, porque é chamada a reencontrar-se pelo amor de Cristo, como diz o conhecido hino, *convocavit nos in unum Christi amor* (o amor de Cristo nos uniu).

E por isso a Comunidade se constrói, antes de tudo, como casa de oração e, portanto, aspira a ser escola de oração.

Nos orienta nesta direção a nossa Regra de Vida.

“Crescemos na comunhão fraterna alimentando-nos à mesa da Palavra e do Pão da vida, *com o olhar do coração levado ao mistério da Trindade que habita em nós e cuja luz deve ser apreendida também no rosto dos irmãos que estão próximos de nós*.”<sup>89</sup> A Eucaristia e a oração pessoal e comunitária fortalecem a aceitação mútua e a partilha da vida comum, a estima e o afeto mútuo, pois um grande meio de nos santificar é a união e a convivência na santa caridade,<sup>90</sup> dando importância à presença na comunidade salvaguardando os compromissos do apostolado.<sup>91</sup>

---

<sup>85</sup> Normas. art. 278.

<sup>86</sup> Ib. art. 55.

<sup>87</sup> Cfr. RDD, pag. 89 ss.

<sup>88</sup> VLF 30.

<sup>89</sup> RDC 29.

<sup>90</sup> AR, pag. 60.

<sup>91</sup> Normas. art. 37.

Nossa vida como religiosos rogacionistas deve ser marcada por momentos de oração, pessoal e comunitária, vividos não como obrigações, mas antes como expressão de nossa identidade de pessoas consagradas com o carisma de Rogate. Dada a experiência da pandemia de Covid 19 que nos atingiu, mesmo nesta área de oração, provavelmente sofremos limitações nas reuniões comunitárias, mas, ao mesmo tempo, mais espaços de oração pessoal se abriram para cada um de nós.

60. Uma outra passagem da nossa Normativa:

“Chamados a ser homens de oração, fazemos de nossas comunidades casas e escolas de oração<sup>92</sup> para bons operários. Expressamos, a nível pessoal e comunitário, a fidelidade à graça do carisma, sobretudo com o empenho da oração vivida segundo as indicações da Regra. Estamos empenhados em cultivar o próprio espírito de oração e oração, valendo-nos da rica tradição da Igreja e do Instituto, na convicção de que uma vida sólida de oração pessoal é condição necessária para o cumprimento da missão Rogacionista”.<sup>93</sup>

Nas nossas Constituições è espessa a razão carismática desta exigência que a Comunidade se torne casa e escola de oração:

“O próprio nome "Rogacionistas" determina a primeira missão que cada um de nós tem para responder ao grito da messe que está diante de nós: antes de tudo, rezar: Rogate ergo<sup>94</sup>! A oração por bons operários está no centro da missão. Ela permeia, inspira e santifica toda a vida. Como Rogacionistas, somos chamados a ser homens de oração, e nossas comunidades são *casas e escolas de oração*<sup>95</sup> para bons operários”.<sup>96</sup>

Somos exortados pelas palavras da *Vita Consecrata*,<sup>97</sup> trabalhar para que nas nossas comunidades haja um crescimento constante da espiritualidade de comunhão, em torno da Eucaristia, presente na capela de cada casa <sup>98</sup>, que para nós é o *centro de amor*<sup>99</sup> em torno do qual se constroem a fraternidade e a comunhão.<sup>100</sup>

#### 4.4. O Testemunho da Espiritualidade de Comunhão

61. A Comunidade é casa e escola de oração porque é rogacionista, consagrada à oração pelas vocações, para ser vivida, difundida e testemunhada como comunidade de trabalhadores na vinha do Senhor.

Enquanto imploramos o dom das vocações, procuramos promover o seu nascimento na pastoral vocacional, que tem como fundamento a oração e o apoio no testemunho.

---

<sup>92</sup> Cfr. NMI 33.

<sup>93</sup> Normas. art. 83.

<sup>94</sup> Cfr. JOÃO PAULO II, *Mensagem ao X Capítulo Geral*, 4.

<sup>95</sup> Cfr. NMI 33

<sup>96</sup> Const. art. 66.

<sup>97</sup> Cfr. VC 51.

<sup>98</sup> Cfr. CIC 608.

<sup>99</sup> DI FRANCIA A. M., *Regolamenti per le Figlie del Divino Zelo*, in *Scritti*, VI, p. 396.

<sup>100</sup> Cfr. Cost. art. 51.

“Como filhos de Santo Anibal, chamados a serem *adoradores e suplicantes pelo Reino*<sup>101</sup>, renhecemos na Pastoral Vocacional o primado da oração incessante e fiel ao Senhor da messe para que mande operários à sua messe”.<sup>102</sup>

“O convite de Jesus Vinde e Ver (Jo 1,39) é a principal forma de pastoral vocacional. Apresenta o encanto da pessoa do Senhor Jesus e a beleza da doação total de si pelo Reino. Todos temos o dever de propor com coragem, com palavras e com o exemplo, o ideal do seguimento de Cristo. O testemunho de vida doado com alegria a Deus e aos irmãos, o clima de fraternidade e comunhão, de partilha e de contágio são o maior atrativo para todos aqueles que Deus chama. É por isso que nossas comunidades querem ser verdadeiros laboratórios de fé, escolas de oração, lugares de pesquisa, reflexão e encontro, comunhão e serviço”.<sup>103</sup>

O Papa Francisco convida todas as comunidades do mundo a “um testemunho de comunhão fraterna que se torna atraente e luminosa. Que todos admirem como vocês cuidam uns dos outros, como vocês se encorajam mutuamente e como vocês se acompanham».<sup>104</sup>

62. Nessas considerações que fazemos sobre a necessidade de renovar nossa vida espiritual na oração e (de) reavivar nossa espiritualidade de comunhão, podemos encontrar uma resposta ao mal-estar que sentimos pela falta de vocações. Nós nos perguntamos: nossa oração é fervorosa e incessante ao Senhor da colheita para enviar trabalhadores para a sua colheita? Como foi para Santo Anibal?

Os jovens geralmente adoram estar juntos, compartilhar dificuldades e alegrias, sonhar juntos, abrir-se para o amanhã. Os jovens que se aproximam de nós, no nosso apostolado, descobrem que o estarmos juntos é uma convivência pacífica, pastoralmente comprometida com os pobres, alegres, capazes de contagiar?

O documento do XII Capítulo Geral, depois de ter recomendado o equilíbrio entre as atividades apostólicas, a dimensão espiritual e a própria vida comunitária, acrescenta: «A presença entre o povo de Deus, especialmente no mundo dos jovens, deve ajudar que procuremos e vivamos uma vida mais intensa de união com Deus, para testemunhar a beleza da vida em Cristo e a própria alegria da vida fraterna em comunidade”.<sup>105</sup>

E mais uma vez o mesmo documento nos lembra que os jovens em busca são projetados para “algo belo” e precisam descobrir modelos que vivam o mesmo ideal e possam mostrar o caminho: “A valorização deste aspecto alegre da vida comunitária certamente representa um fator de testemunho credível e atração para os jovens que procuram fazer na sua vida “algo belo para Deus»”.<sup>106</sup>

---

<sup>101</sup> PAULO VI, *Alocução na Audiência aos Padres Capitulares*, Castelgandolfo 14 setembro de 1968, no IV CAPÍTULO GERAL (1968), *Declarações e Decretos*, pag. 313.

<sup>102</sup> Const. art. 91.

<sup>103</sup> Ib. art. 93.

<sup>104</sup> EG 99.

<sup>105</sup> VLF 31.

<sup>106</sup> Ib. 29.

## **Quinto Capítulo**

### **A Comunidade, da Contemplação aos Pobres**

#### **5.1. Comunidade Contemplativa**

63. Há algumas décadas surgem experiências comunitárias na Congregação que, com a devida autorização, optaram por se dedicar principalmente à contemplação. O Governo Geral reconheceu que se tratava de uma novidade e, ao mesmo tempo, considerou que poderia ser considerada a expressão de um aspecto do carisma.

Santo Aníbal foi definido como um "contemplativo em ação"; a Pia Obra de Rogação Evangélica teve início em 1º de julho de 1886, com a presença permanente do Coração Eucarístico de Jesus no bairro de Avinhão e Paulo VI nos caracterizou como *adoradores implorando pelo reino*.

O XII Capítulo Geral no Documento Final, entre os desafios da vida consagrada Rogacionista, no que diz respeito à compaixão e à profecia, afirmou:

“A contemplação e a oração contínua são expressões significativas da riqueza do carisma e devem ser vividas em equilíbrio harmonioso com os outros elementos essenciais do Rogate. As comunidades rogacionistas que pretendem oferecer uma experiência estável de contemplação representam uma oportunidade para serem acolhidas e promovidas como uma nova expressão do carisma”.<sup>107</sup>

O Governo Geral, em sintonia com o Capítulo, na sua Programação, no Projeto 10, sobre a vida espiritual pessoal e comunitária, se propôs a "Promover uma iniciação à dimensão contemplativa do carisma e da pedagogia da oração desde a formação básica, e acompanhar, onde for possível, as comunidades Rogacionistas que pretendem propor uma experiência estável de contemplação como nova expressão do carisma”.<sup>108</sup>

No momento, estamos na fase de definição de um estatuto que defina a natureza dessas comunidades que pretendem se dedicar prioritariamente à contemplação, esclarecendo quais devem ser as implicações e peculiaridades em relação às normas gerais da Congregação.

Desta forma, essas experiências iniciais podem se tornar paradigmáticas para o nascimento de novas comunidades que desejam se inspirar nelas.

#### **5.2. A Comunidade e a Regra de Vida**

64. Durante o Noviciado, o Mestre apresentou-nos a Regra de Vida, Constituições e Normas, explicando que constituía o nosso futuro caminho e que devemos acolhê-la como um sinal de consagração Rogacionista, porque de fato representou sua expressão concreta e implementação.

No caminho percorrido nas últimas décadas pela vida consagrada, a Igreja sentiu a necessidade de chamar a nossa atenção para uma referência renovada à Regra: “A necessidade de uma referência renovada à Regra é urgente hoje para cada Instituto,

---

<sup>107</sup> VLF 34.

<sup>108</sup> DCM pag. 39.

porque nela e nas Constituições contém um itinerário de seguimento, qualificado por um carisma específico autenticado pela Igreja”.<sup>109</sup>

Posteriormente, o documento da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, "*Partir de Cristo*", sublinhou a importância de ver na Regra de Vida a mediação do fundamento carismática do Instituto:

“Foi o Espírito Santo que iluminou com luz nova a Palavra de Deus para os fundadores e fundadoras. Todo carisma brotou dele e toda regra quer ser uma expressão dele. Em continuidade com os fundadores e fundadoras, ainda hoje os seus discípulos são chamados a acolher e guardar no coração a Palavra de Deus, para que continue a ser lâmpada para os seus passos e luz para o seu caminho. O Espírito Santo será então capaz de conduzi-los a toda a verdade”.<sup>110</sup>

65. O XI Capítulo Geral, retomando o trabalho de preparação que durou seis anos, revisou nossa legislação e a entregou à Congregação no documento conclusivo: “*A Regra Rogacionista de Vida - expressão da consagração, garantia da identidade carismática, apoio ao fraterno comunhão, projeto missionário*”.

Como “sustentáculo da comunhão fraterna”, a Regra aparece como garantia da vida comum e, em alguns aspectos, em competição com a realização individual das pessoas que constituem a comunidade. Porém, o próprio Jesus esclareceu qual deveria ser a relação entre a regra e a pessoa, ao declarar: “O sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado! (Mc 2, 27). A Regra deve tratar do homem, do homem sociável e em comunhão.

O Documento capitular observa: “O homem moderno é influenciado por uma cultura que promove e defende o subjetivismo em defesa da dignidade da pessoa, seu desenvolvimento e autonomia, mas muitas vezes em uma função individualista.<sup>111</sup> A Regra de Vida, por outro lado, convida-nos a privilegiar as relações com os outros, a viver em comunhão e a testemunhar a qualidade da vida fraterna”.<sup>112</sup>

É necessário salvaguardar os dois requisitos: o bem e a boa ordem da vida comunitária; o bem, a realização e o crescimento das pessoas individuais que o compõem. O Código de Direito Canônico nos lembra de tudo isso: “A vida fraterna própria de cada instituto, para a qual todos os membros estão reunidos em Cristo como família particular, deve ser definida de modo a poder prestar ajuda mútua a todos na realização da própria vocação. Então os membros, com comunhão fraterna enraizada e fundada na caridade, podem ser um exemplo de reconciliação universal em Cristo”.<sup>113</sup>

O ideal é identificar, em diferentes situações, soluções capazes de conciliar aspirações e (,) dons pessoais e comunhão fraterna no projeto comunitário, o que não é fácil, devido a um conjunto de dificuldades que o documento capitular enumera.<sup>114</sup>

---

<sup>109</sup> VC 37.

<sup>110</sup> RDC 24.

<sup>111</sup> Cfr. FaT 2.

<sup>112</sup> RVR 52.

<sup>113</sup> CIC 602.

<sup>114</sup> Cfr. RVR 5: Porém, não faltam situações problemáticas, pessoais e comunitárias, pelas quais todos devemos nos sentir responsáveis: conflitos, fechamentos mútuos, distâncias, incapacidade de perdoar-se mutuamente. Às vezes, essas situações são atribuíveis a razões estritamente pessoais de dificuldade, falta de disciplina e fervor religioso, ou talvez a razões estruturais, como a escassez numérica dos membros da Comunidade, sobrecarregados de compromissos apostólicos, visões pessoais de vida e de apostolado, diferença de idade e cultura. Não faltam confrades que pouco participam da vida comunitária e não se sentem envolvidos no projeto comum, que organizam seu ministério de forma autônoma, que assumem

66. Seria improvável pensar em alcançar a vida fraterna em comunidade sem compartilhar a lei. A reapropriação da Regra de Vida deve realizar-se não só a nível pessoal, isto é, por parte de cada um de nós, mas ao mesmo tempo também a nível do Instituto nas suas várias dimensões: central, de Circunscrição e da Comunidade, com um compromisso solidário. Como nos recordou o XI Capítulo Geral, “agora precisamos de um caminho de conversão, pessoal e comunitário, ao valor da Regra, para que não seja apenas objeto de observância formal, mas estímulo a um caminho de santidade, *expressão de consagração e identidade carismática, sustentação da vida fraterna, projeto missionário*”.<sup>115</sup>

67. A crise vocacional vivida por tantas Congregações masculinas e femininas, foi dito, é uma crise de alegria de ser discípulos e missionários de Jesus na vida fraterna em comunidade. Timothy Radcliffe, um dominicano, diz a respeito: “É a alegria que dá autoridade à nossa pregação. Ninguém acreditará em um pregador triste, mesmo que ele traga boas novas. É uma alegria que abre nossos olhos para um mundo de presentes; é a alegria que indica o Reino ... devemos cuidar da alegria dos nossos irmãos ... essa alegria se torna mais esplêndida pela vulnerabilidade ao sofrimento deste mundo. Sem aquele sofrimento que cava o coração até as profundezas, a alegria permanecerá na superfície. Mas o sofrimento deste novo mundo é global e, portanto, requer uma resposta global. Agora somos como todos os vizinhos. Precisamos nos libertar de nossas identidades muito estreitas: étnicas, nacionais e até mesmo aquelas de nossa amada Província”.<sup>116</sup>

### 5.3. O Serviço da Autoridade na Comunidade Fraterna

68. Nas últimas décadas, houve uma evolução significativa da vida fraterna nas comunidades. Foi dado maior participação ativa a todos, havendo uma passagem de vida em comum também centrada na observância para uma vida mais atenta às necessidades das pessoas e à dimensão humana. As comunidades passaram a ser menos formalistas e autoritárias, mais fraternas e acolhedoras. Houve uma certa redução do papel da autoridade que, em alguns casos, levou a experiências de fragmentação da vida comunitária. Daí o caminho para uma redescoberta progressiva da necessidade e do papel de uma autoridade pessoal, em continuidade com toda a tradição da vida religiosa.

69. O Documento *Vida Fraterna em Comunidade* delimita: “Se o clima democrático em geral tem favorecido o crescimento da corresponsabilidade e a participação de todos no processo de tomada de decisões também dentro da comunidade religiosa, não se pode esquecer que a fraternidade não é apenas fruto do esforço humano, mas também e acima tudo dom de Deus ... É um dom que vem da obediência à Palavra de Deus e, na vida religiosa, também à autoridade que lembra esta Palavra e a conecta às situações individuais, segundo o espírito do instituto”.<sup>117</sup>

---

compromissos que pouco têm a ver com as tarefas que lhes são atribuídas, que consideram a vida comunitária quase uma obstáculo ao exercício do apostolado.

<sup>115</sup> RVR 11.

<sup>116</sup> TIMOTHY RADCLIFFE, *Ser Cristãos no Século XX. Uma Espiritualidade para o Nosso Tempo*, Queriniana, Brescia, 2011, pag. 289.

<sup>117</sup> VFC 48.

O serviço da autoridade, com referência a uma Comunidade inserida num determinado contexto cultural, chamada a exercer um certo tipo de apostolado, portanto, mantendo as características essenciais da função, deve ser exercido de forma adequada às diferentes situações.

Neste serviço, a *Vida Fraterna em Comunidade* sugere que se dê prioridade aos seguintes aspectos: a) *Uma autoridade espiritual*, b) *Uma autoridade que trabalha pela unidade*, c) *Uma autoridade que sabe como tomar a decisão final e garante sua execução*. Através do discernimento comunitário<sup>118</sup>, no qual já nos concentramos, falando dos Conselhos de Casa e de Família.

Provavelmente, a chave para a solução dos problemas que podem surgir no serviço da autoridade, dentro da comunidade ou de cada religioso, deve ser buscada no discernimento que deve visar, não tanto a validade das motivações que se confrontam, mas sim no discernimento da Vontade do Senhor.

“A pessoa chamada a exercer a autoridade deve saber que só poderá fazê-lo se for a primeira a empreender aquela peregrinação que leva a buscar com intensidade e justiça a vontade de Deus (...) assiduamente, com o auxílio da oração, reflexão e conselho de outros”.<sup>119</sup>

70. Juntamente com o importante tema do discernimento, no que diz respeito ao papel do serviço da autoridade, igual atenção deve ser dada ao justo equilíbrio entre ação governamental, compromisso com a observância regular, correção de abusos, paternidade, compreensão e uma certa tolerância em particular circunstâncias.

O papel da autoridade, nos vários níveis, deve ser acompanhado de uma autoridade, que é a expressão da coerência e do caráter exemplar da própria vida, tanto quanto possível, e em qualquer caso, manifestando a vontade positiva de viver de acordo com a profissão, de consagração religiosa. Por um lado, pode ser impróprio intervir de vez em quando com referência à legislação, porque em alguns casos pode ser preferível procrastinar, aguardando o momento certo, mas ao mesmo tempo, pela desculpa de que o religioso da comunidade são adultos e maduros, não se podem tolerar certos hábitos questionáveis, que enfraquecem o papel de guardião do carisma da Congregação e da convivência ordenada da comunidade.

Para indicar o cargo de Superior, costuma-se falar de "serviço da autoridade", com uma expressão que é significativa se na comunidade expressa o papel "de quem serve" e se trabalha colocando o bem maior da comunidade no centro, evitando auto referencialidade que se torna uma causa de divisão e discórdia.

“Uma autoridade autorreferencial escapa à lógica evangélica de uma responsabilidade entre irmãos e irmãs, minando neles as certezas da fé que devem guiá-los. Isso abre um círculo vicioso que compromete a visão da fé, pressuposto inequívoco para o reconhecimento do papel dos superiores. Este reconhecimento não se limita a tomar conhecimento da personalidade do atual proprietário ou titular, mas vai muito além disso. É sobre confiar e confiar uns nos outros e na verdade”.<sup>120</sup>

71. As *Constituições* sublinham a importância da tarefa do Superior para o bom andamento da Comunidade: “O papel do Superior é fundamental para dar sentido e qualidade à vida da Comunidade. A ele é confiada a exigente tarefa de uma presença

---

<sup>118</sup> Cfr. Ib. 50 ss.

<sup>119</sup> FaT 12.

<sup>120</sup> VNON 45.

constante, capaz de animar, propor, ajudar, promover o diálogo e tomar decisões ponderadas. Guiado pelo Superior, a Comunidade encontra-se em harmonia na fraternidade e eficiente no serviço apostólico e ministerial”.<sup>121</sup>

As *Normas* nos lembram que as qualidades que devem caracterizar o Superior: a paternidade, o espírito de serviço, o diálogo, a capacidade de promover a corresponsabilidade dos religiosos nas funções de sua competência: “O Superior é o primeiro responsável pela vida fraterna, apostólica e administração econômica da Casa. Ele anima e dirige a Comunidade auxiliada pelo Conselho de Casa e em sintonia com o Conselho de Família. Ele exerce seu mandato com paternidade e espírito de serviço, buscando o diálogo comunitário e com cada um dos religiosos. Conta com a colaboração dos responsáveis dos diversos setores da formação e do apostolado”.<sup>122</sup>

72. Este papel de responsabilidade primária na Comunidade pela vida fraterna e pelas atividades apostólicas o desafia, em particular, quando o número de religiosos é desigual às obras que a Comunidade administra, ou no caso de religiosos que se dedicam às atividades pessoais em detrimento de sua própria casa. O XII Capítulo Geral recorda-nos: «Neste contexto, o serviço da autoridade é chamado a intervir tanto para reduzir as atividades apostólicas, se necessário, como para harmonizar as iniciativas de cada religioso com o projeto apostólico da Comunidade e da Circunscrição”.<sup>123</sup>

O serviço da autoridade, portanto, desempenha um papel particularmente importante para o crescimento e o progresso de uma comunidade em fraternidade. Não é fácil ter pessoas que tenham a bagagem das virtudes, espirituais e humanas, que são necessárias para este ofício, especialmente quando se trata de grandes comunidades ou na primeira formação. Daí a importância de uma preparação adequada para assumir esse papel.

“É cada vez mais importante incluir na formação contínua uma iniciação séria ao governo. Esta tarefa fundamental na vida das comunidades às vezes é confiada à improvisação e executada de forma inadequada e incompleta”.<sup>124</sup>

O Governo Geral, por esta consciência, voltou a propor na sua programação todos os esforços para garantir aos superiores a preparação necessária para o exercício do cargo.<sup>125</sup>

#### **5.4. A comunidade em Saída**

73. O Capítulo Geral, em sua reflexão sobre *nossa identidade carismática nos desafios de hoje*, nos lembra que o Rogate nos chama a “ir para os outros”, em linha com o convite, do Papa Francisco, de ser uma “produção” da Igreja. O Rogate, de fato, implora aos bons operários, que, movidos pela compaixão, vêm em socorro das multidões cansadas e abatidas.

“O dinamismo espiritual da oração de Rogate assume um valor programático e missionário mais pronunciado na versão lucana (Lc 10,1-3). O evangelista Lucas situa a entrega do Rogate no contexto da “grande jornada” de Jesus, apresentando a missão dos discípulos como uma primeira “colheita”, que antecipa o cumprimento messiânico do

---

<sup>121</sup> Const. art. 56.

<sup>122</sup> Normas. art. 250.

<sup>123</sup> VLF 30.

<sup>124</sup> VNON, 16.

<sup>125</sup> Cfr. DCM, Projeto n. 24, pag. 67.

Reino. Da compaixão pelas multidões (Mt 9,35-38), à missão às multidões (rezar / ir), a tarefa confiada realiza-se na oração pelos bons trabalhadores aliada ao dinamismo do anúncio evangélico, ou seja, diga o "ir ao encontro dos outros" para chegar a todos, especialmente aos pobres e sofredores".<sup>126</sup>

74. Na sua primeira Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* – sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual, Papa Francisco lembra que Deus, na história da salvação, chamou Abraão e o tirou de sua terra, para constituir um povo, e o fez com Moisés. Deus chama e depois envia. Jesus faz o mesmo com os seus discípulos, envia-os à missão e exorta-os a «sair do próprio conforto e ter a coragem de chegar a todas as periferias que precisam da luz do Evangelho».<sup>127</sup>

O Papa Francisco nos explica que colocar-se "para fora" significa tomar a iniciativa, como Deus o faz conosco, que nos precede no amor (cfr 1 Jo 4,10), e “sem medo, sai ao encontro, aproxima-se de quem está longe e chegar na encruzilhada para convidar os excluídos”.<sup>128</sup>

Somos convidados a ir aos excluídos com entusiasmo mas, acima de tudo, com acolhimento, compreensão e misericórdia. O Papa relata o testemunho de Santo Tomás de Aquino e Santo Agostinho em apoio ao que ele disse:

“Santo Tomás de Aquino destacou que os preceitos dados por Cristo e pelos Apóstolos ao povo de Deus “são muito poucos ». <sup>129</sup> Citando Santo Agostinho, ele observou que os preceitos acrescentados pela Igreja posteriormente devem ser exigidos com moderação "para não sobrecarregar a vida dos fiéis" e para transformar nossa religião em escravidão, quando "a misericórdia de Deus quis que fosse livre»<sup>130</sup>. Em seguida, acrescenta: “Este aviso, feito há vários séculos, tem uma enorme relevância. Deve ser um dos critérios a ter em conta quando se pensa uma reforma da Igreja e da sua pregação que realmente a permita chegar a todos”.<sup>131</sup>

75. Estas palavras do Papa constituem uma forte advertência a ir aos irmãos perdidos, não como inquisidores, mas antes com amor misericordioso, enfraquecendo-se com os fracassos e tudo para todos.<sup>132</sup> Ele, lembra-nos o Catecismo da Igreja Católica, convida-nos a não desanimarmos quando somos chamados a ajudar pessoas que com o seu comportamento não nos encorajam a fazê-lo: “A *imputabilidade* e a responsabilidade de uma ação podem ser diminuídas ou anuladas por a ignorância, inadvertência, violência, medo, hábitos, afetos excessivos e outros fatores psíquicos ou sociais». <sup>133</sup>

Ao projeto de uma Igreja «saída» o papa associa ao de uma Igreja «aberta» e, com outra expressão, de «uma mãe de coração aberto». E, no entanto, adverte: “Ir ao encontro dos outros para chegar às periferias humanas não significa correr para o mundo sem rumo e sem sentido”.<sup>134</sup>

Este convite do Papa Francisco a sair, a ir ao encontro dos distantes e excluídos, sem medo, e a recebê-los de braços abertos, corre o risco de criar perplexidade. Por isso,

---

<sup>126</sup> VLF 60.

<sup>127</sup> Cfr. EG 20.

<sup>128</sup> Cfr. Ib. 24.

<sup>129</sup> *Summa Theologiae*, I-II, q. 107, a. 4.

<sup>130</sup> Ibid.

<sup>131</sup> EG 43.

<sup>132</sup> Cfr. 1Cor 9, 22.

<sup>133</sup> Cfr. EG 44-45; CCC 1735.

<sup>134</sup> EG 46.

o Papa sente a necessidade de precisar que isto “não significa correr para o mundo sem sentido e sem sentido”.

Reconhecemos que ficamos um pouco perplexos ao ouvir o incentivo para "sair", mesmo que corramos algum risco, para não nos fecharmos em falsa proteção. Vamos ouvir:

“Vamos sair, vamos sair para oferecer a todos a vida de Jesus Cristo. Repito aqui para toda a Igreja o que já disse muitas vezes aos padres e leigos de Buenos Aires: Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e suja que fique nas ruas, do que uma Igreja enferma para fechar e a comodidade do apego. para seus próprios títulos. Não quero uma Igreja que se preocupa em ser o centro e acaba presa em um emaranhado de obsessões e procedimentos. Se algo nos deve santamente nos preocupar e preocupar a nossa consciência, é que tantos dos nossos irmãos vivem sem a força, a luz e o consolo da amizade com Jesus Cristo, sem uma comunidade de fé que os acolha, sem um horizonte de sentido e de vida. Mais do que o medo de errar, espero que o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão falsa proteção, nas regras que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos à vontade, enquanto lá fora há uma multidão faminta e Jesus comove-nos, repete sem cessar: «Dai-lhes de comer» (Mc 6,37)”<sup>135</sup>

76. Como não compreender este premente convite do Papa para repensar o nosso apostolado, alargando os seus horizontes? Mas, visto que a nossa missão emana da nossa identidade, creio que devemos nos perguntar em que medida o nosso coração bate em harmonia com o Coração de Jesus, que atrai a si todos os "cansados e oprimidos" (Mt 11,28) para restaurá-los?

Este tema também foi abordado, em tempos mais recentes, pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, com o documento “Pelo vinho novo, odres novos, Do Concílio Vaticano II - A vida consagrada e os desafios ainda em aberto - Orientações ”. O título em si é eloqüente, lembrando-nos que enfrentamos desafios que ainda estão em aberto, embora já existam.

O documento observa que muitas Congregações religiosas, com uma corajosa experiência de ultrapassar suas fronteiras geográficas e culturais, abriram fundações em jovens Igrejas e se encontraram com comunidades internacionais. Isso trouxe grandes mudanças nas famílias religiosas e minou os esquemas formativos tradicionais. Foi uma grande riqueza que, no entanto, levou a várias tensões e, às vezes, até mesmo a colapsos.<sup>136</sup>

É reconhecido que o desafio permanece aberto:

“O grande compromisso de renovação e criatividade parece ter sido seguido recentemente por uma estagnação sem saída, no momento em que somos chamados a abraçar generosamente um novo êxodo. Em muitos casos, o medo do futuro enfraquece e desvitaliza aquele ministério profético - no qual o Papa Francisco insiste<sup>137</sup> - que a vida consagrada é chamada a exercer-se na Igreja para o bem de toda a humanidade”<sup>138</sup>

77. É compreensível que em uma situação em que a realidade sociocultural passa por mudanças rápidas e nossas comunidades estão naturalmente envolvidas, devemos

---

<sup>135</sup> Ib. 49.

<sup>136</sup> VNON 7.

<sup>137</sup> FRANCISCO, *Carta Apostólica a todos os Consagrados na ocasião do Ano da Vida Consagrada*, Roma, 21 novembro de 2014.

<sup>138</sup> VNON 8.

repensar um novo estilo de vida religiosa, que não distorça a própria identidade, mas adapte estruturas e métodos. Lembrete do Papa Francisco: «A pastoral em chave missionária exige o abandono do conveniente critério pastoral de ‘sempre se fez assim’». Convido todos a serem ousados e criativos nesta tarefa de repensar os objetivos, as estruturas, o estilo e os métodos evangelizadores de suas comunidades »<sup>139</sup>.

Nesta linha, *Por vinho novo, odres novos*, encoraja-nos a empreender novos caminhos, adequados ao nosso tempo, tendo em conta que somos chamados à fidelidade do Espírito, ao carisma fundador, enfrentando as inevitáveis tensões e sofrimentos.

“Trata-se, portanto, de descobrir novos caminhos para a autenticidade do testemunho evangélico e carismático de vida consagrada; discernir e depois iniciar os processos necessários de purificação e cura do fermento da malícia e da perversidade (cf. 1 Cor 5, 8). Neste processo estimulante e exigente, as tensões e sofrimentos inevitáveis podem ser sinais de uma nova gestação. Na realidade, já estamos no limiar de novas sínteses que nascerão com gemidos interiores e inexprimíveis (cf. Rm 8,23,26) e com paciente exercício de fidelidade criativa”.<sup>140</sup>

As considerações que fizemos, falando da comunidade cessante, eram de caráter geral e, portanto, deveriam ser levadas em consideração antes de tudo pelo Governo Geral e pelos Governos de Circunscrição. Não há dúvidas. De fato, é claro que escolhas particularmente inovadoras requerem pessoas ou comunidades carregadas de uma forte motivação interna, que atendam a harmonia e o encorajamento daqueles que realizam o serviço da autoridade.

É importante que, na escuta da liderança iluminada do Papa Francisco, da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica e, ainda antes, do Concílio Vaticano II, se desenvolva uma nova cultura de vida religiosa, com a renovação carismática do Fundador e uma atualização que responda aos desafios evangélicos de hoje.

## **5.5. Comunidade aberta aos Pobres e Comunidade *inserida***

78. Este ano celebra-se o 25º aniversário da exortação apostólica pós-sinodal *Vita Consecrata*, emitida por João Paulo II em 25 de março de 1996, que recolheu numa síntese extraordinária o ensinamento da Igreja sobre a vida consagrada desde o Concílio Vaticano II. Mantém toda a sua validade, mesmo no que diz respeito à pobreza evangélica na vida consagrada.

A Exortação Apostólica recorda-nos, antes de mais nada, que o voto religioso de pobreza e apostolado que a Congregação realiza a favor dos pobres tem o seu fundamento principal na vida de Jesus. O Papa nos diz que é normal que os Institutos o façam. têm carismas diferentes, pois a sua consagração os chama a «vestir» (Rm 13,14) Jesus Cristo, a tentar viver um aspecto da sua missão, mas, ao mesmo tempo, mantendo a sua própria identidade carismática, cada um deles, na sua De sua própria maneira, ele se dedica à evangelização e à ajuda dos pobres. Queremos reler o que o Santo Padre diz sobre isso.

“A *predileção pelos pobres e a promoção da justiça* - No início de seu ministério, na sinagoga de Nazaré, Jesus proclamou que o Espírito o consagrou para levar uma mensagem feliz aos pobres, para anunciar a libertação aos prisioneiros,

---

<sup>139</sup> EG 33.

<sup>140</sup> VNON 30.

restaurar a visão dos cegos, libertar os oprimidos e pregar um ano de graça do o Senhor (cf. Lc 4, 16-19).

“A Igreja, assumindo como sua a missão do Senhor, anuncia o Evangelho a cada homem e mulher, encarregando-se da sua salvação integral. Mas com atenção especial, uma verdadeira “opção preferencial”, volta-se para quem está lá, *em uma situação de maior fraqueza* e, portanto, de necessidade mais séria. “Pobres”, nas múltiplas dimensões da pobreza, são os oprimidos, os marginalizados, os idosos, os enfermos, os pequenos, aqueles que são considerados e tratados como “últimos” na sociedade.

“A opção pelos pobres é inerente à própria dinâmica do amor vivido segundo Cristo”. Portanto, todos os discípulos de Cristo estão vinculados a ela; no entanto, quem quer seguir o Senhor mais de perto, imitando as suas atitudes, não pode deixar de se sentir envolvido de uma forma muito particular. A sinceridade da sua resposta ao amor de Cristo leva-os a viver como pobres e a abraçar a causa dos pobres.

“Isso implica para cada Instituto, de acordo com o carisma específico, *a adoção de um estilo de vida*, seja pessoal que comunitário, *humilde e austero*”. Fortalecidas por este testemunho vivido, as pessoas consagradas poderão, de forma consoante com a sua opção de vida e permanecendo livres de ideologias políticas, denunciar as injustiças que se cometem para com tantos filhos e filhas de Deus e comprometer-se na promoção da justiça. no meio social em que atuam. Deste modo, também nas situações atuais, através do testemunho de inúmeras pessoas consagradas, será renovada a dedicação típica das fundadoras e fundadoras que dedicaram a vida ao serviço do Senhor presente nos pobres.

“Com efeito, Cristo «se encontra na terra na pessoa dos seus pobres [...]. Como Deus, rico, como homem, pobre. E de fato o mesmo homem já rico subiu ao céu, está sentado à direita do Pai; mas, aqui embaixo ainda pobre ele tem fome, sede, está nu ». O Evangelho torna-se operante pela caridade, que é a glória da Igreja e um sinal da sua fidelidade ao Senhor. Isso é demonstrado por toda a história da vida consagrada, que pode ser considerada uma exegese viva da palavra de Jesus: "Sempre que fizeste estas coisas a um destes menores dos meus irmãos, tu fizeste a mim" (Mt 25, 40 ) Muitos institutos, especialmente na era moderna, nasceram justamente para atender a uma ou outra necessidade dos pobres.

“Mas, mesmo quando este propósito não foi decisivo, a atenção e a solicitude pelos necessitados - expressa na oração, no acolhimento, na hospitalidade - foram sempre acompanhadas naturalmente pelas várias formas de vida consagrada, inclusive a contemplativa. E como poderia ser diferente, visto que o Cristo alcançado na contemplação é o mesmo que vive e sofre nos pobres? A história da vida consagrada é rica, neste sentido, de exemplos maravilhosos e por vezes brilhantes”.<sup>141</sup>

79. Precisamos redescobrir, a cada dia mais, o vínculo que Santo Aníbal tinha pelos pobres, a veneração e o carinho que tinha por eles. Acreditamos que não foi simplesmente um dom pessoal, mas uma dimensão do carisma, porque o carisma de Rogate é motivado pela compaixão pelas multidões perdidas e abandonadas. Santo Aníbal doou o Rogate aos Pobres e queria que encontrasse em seu testamento sobre o *Socorro e Evangelização dos Pobres* em nossas Constituições.

O nosso Fundador é reconhecido como um destacado apóstolo da oração pelas vocações e pai dos órfãos e dos pobres porque o seu apostolado, que começou nas pegadas de um pobre, caracterizou-se então pela preocupação em ajudar e defender todos os pobres que se juntavam a ele. . Ele compreendeu muito bem que a escolha dos

---

<sup>141</sup> VC 82.

pobres leva não só a ajudá-los e evangelizá-los, mas a viver como pobres e junto com os pobres. O que ele fez indo morar no distrito de Avinhão. Hoje tudo isso é pensamento comum na doutrina da vida consagrada, quando se trata de comunidades inseridas em contextos de pobreza, mas a indicação já se encontra na *Vita Consecrata*:

“A Pobreza evangélica a serviço dos pobres - (...) Solicita-se, portanto, aos consagrados um renovado e vigoroso testemunho evangélico de abnegação e sobriedade, num estilo de vida fraterna inspirado em critérios de simplicidade e hospitalidade, também como exemplo para aqueles que permanecem indiferentes às necessidades dos outros. Este testemunho vai naturalmente de mãos dadas com o amor preferencial pelos pobres e se manifestará de maneira especial na partilha das condições de vida dos mais despossuídos.

“Não são poucas as comunidades que vivem e trabalham entre os pobres e marginalizados, abraçam sua condição e compartilham seus sofrimentos, problemas e perigos. Grandes páginas de história de solidariedade evangélica e de dedicação heróica foram escritas por pessoas consagradas, nestes anos de mudanças profundas e grandes injustiças, de esperanças e desilusões, de conquistas importantes e derrotas amargas.

“E páginas não menos significativas foram e ainda são escritas por inúmeras outras pessoas consagradas, que vivem plenamente a sua vida «escondidas com Cristo em Deus» (Colossenses 3, 3) para a salvação do mundo, sob a bandeira da gratuidade, do investimento da vida em causas pouco reconhecidas e ainda menos aplaudidas. Por meio dessas formas diversas e complementares, a vida consagrada participa da extrema pobreza abraçada pelo Senhor e vive seu papel específico no mistério salvador de sua encarnação e de sua morte redentora”.<sup>142</sup>

80. Nossas Constituições nos lembram que, ao nos colocarmos no seguimento do Senhor, fazemos nossa a condição que ele exigiu de quem quis ser seu discípulo. Aceitando o convite de Jesus que diz: *Vá, venda tudo o que você possui, dê aos pobres* (Mt 19, 21), com o voto de pobreza, renunciamos ao direito de usar e dispor dos bens materiais de forma autônoma<sup>143</sup>. Seguindo Jesus, que *de ser rico ele se tornou pobre* (2Cor 8, 9), libertemos nossos corações de qualquer apego aos bens da terra; levando uma vida sóbria e trabalhadora<sup>144</sup>, vivemos pobres de fato e de espírito. Desta forma, nos tornamos testemunhas do primeiro *beatitudo* (Cfr. Mt 5, 3) que declara que Deus é a única verdadeira riqueza para o homem ».<sup>145</sup>

A normativa, motivando as razões de nossa pobreza, nos lembra "nossas origens entre os pobres"; devemos ter presente que, junto com a referência histórica, está a razão carismática, porque o Rogate nasce da compaixão pelos pobres, no sentido mais amplo, e visa sua ajuda e evangelização. Cientes de que nossas origens estão entre os pobres do bairro de Avinhão, em Messina, vivemos a pobreza evangélica não só pessoalmente, mas cuidamos para que toda a família religiosa dê testemunho da pobreza. As moradias das comunidades distinguem-se pela simplicidade e modéstia nos edifícios e mobiliário<sup>146</sup>. O estilo de vida, comida, roupas e móveis atestam o espírito de pobreza e confiança na Providência divina ».<sup>147</sup>

---

<sup>142</sup> VC 90.

<sup>143</sup> Cfr. CIC 600.

<sup>144</sup> Cfr. VC 21.

<sup>145</sup> Const. art. 37. Cfr. VC 21.

<sup>146</sup> Cfr. DI FRANCIA A. M., *Declarações e Promessas*, 5ª, in *Scritti*, V, pag. 583.

<sup>147</sup> Const. art. 38.

Além disso, as Constituições, colhendo as motivações mais profundas que o nosso Fundador atribui à pobreza "evangélica", dizem-nos que é « *pérola* preciosa e sólido fundamento da própria existência da Congregação (...) fonte de tesouros celestes»<sup>148</sup>

Nas Normas encontramos um exemplo muito valioso das maneiras como devemos viver a pobreza com os pobres. Somos lembrados de que devemos defender sua causa, como fez Santo Aníbal em várias ocasiões e, em particular, quando, em 30 de agosto de 1899, se aliou a seu advogado, com um apelo sincero que entregou aos jornais da cidade contra os "Caça aos pobres".<sup>149</sup> Somos convidados a trabalhar em rede com agências que compartilham esse compromisso de solidariedade com os pobres. Também nos é apresentado o ideal de trabalhar ao lado dos pobres em nossas intervenções, colaborando com eles, a ponto de planejar, quando possível, a criação de uma "comunidade inserida" entre os pobres. Agradecemos este convite importante:

«No exercício da caridade, comprometemo-nos a promover a justiça social, combatendo as causas e os efeitos da pobreza». Ao trabalhar com os pobres, é importante organizá-los, avaliar sua situação juntos e planejar as intervenções que eles próprios podem realizar. Por isso, sempre que possível alguns religiosos, imitando Santo Aníbal, vivem em comunidades inseridas entre os pobres. É importante trabalhar em colaboração com as agências eclesiais, governamentais e privadas envolvidas no setor social».<sup>150</sup>

81. O Capítulo Geral recordou que o apostolado pelos e com os pobres faz parte do carisma, recordou a exortação a verificar a possibilidade de criar comunidades "inseridas" e, ao mesmo tempo, abrir as nossas casas o mais possível aos pobres.

«Na escolha de novas fundações ou de novas obras para começar, é necessário ter em mente a possibilidade de um serviço específico ser oferecido aos pobres do lugar. Isso pode ser conseguido alocando os religiosos antes de tudo, também no estilo de comunidade inserida. Portanto: - sejam assegurados ambientes adequados para o acolhimento, o socorro aos pobres e sua evangelização, centros de escuta ou estruturas para famílias e menores provenientes de situações difíceis; - as facilidades de alojamento são disponibilizadas em regime de habitação provisória para famílias pobres ou migrantes sempre que este serviço seja requerido e mediante deliberação dos respectivos Superiores de Circunscrição».<sup>151</sup>

O Governo Geral, na programação do sexênio, considerou as duas almas do carisma, Deus e o próximo, oração e caridade, que podem ser vividas de maneira particular, a ponto de favorecer as comunidades que se dedicam principalmente à contemplação. e comunidades que se enquadram em contextos de pobreza. A este respeito, o Projeto 10 se expressa, sobre a vida espiritual pessoal e comunitária que, no que diz respeito às intervenções durante o período de formação inicial, proporciona:

«Promover uma gradual iniciação à experiência pastoral na Igreja, a colaboração com os leigos, e acompanhar nas várias etapas formativas a síntese entre a intuição do Rogate que surge da oração contemplativa e o serviço da caridade aos pequenos e aos

---

<sup>148</sup> Ib. art. 39.

<sup>149</sup> Cfr. TUSINO T., *P. Anibal M. Di Frância. Memórias Biográficas*, Vol. III, Rogate, Roma, 1998, pag. 23.

<sup>150</sup> Normas. art. 98.

<sup>151</sup> VLF 103.

pobres também em o estilo de comunidade inserida, como os dois ícones / faces do carisma rogacionista, a exemplo de Santo Aníbal Maria ». <sup>152</sup>

Essas experiências de apostolado e de inserção entre os pobres, que envolvem principalmente os jovens em formação, acontecem nas Circunscrições de várias maneiras. O Governo Geral, juntamente com os respectivos Governos das Circunscrições, os incentiva e acompanha com a devida atenção.

82. Iniciando esta reflexão sobre os pobres, disse que devemos nos deixar guiar pelo exemplo do Padre Aníbal, pelo "afeto e veneração" que ele tinha pelos pobres. Não parece exagero falar de veneração. Ele foi guiado por uma grande fé nas palavras do Senhor Jesus, que garantiram que Ele estava presente nos pobres. Nisto somos iluminados por um episódio relatado pelo Pe. Domenico Santoro no Boletim da Congregação. <sup>153</sup>

O P. Santoro a 20 de fevereiro de 1925, com muita insistência, conseguiu obter do Padre Aníbal a confiança de uma extraordinária experiência que viveu ao ajudar um pobre, uma confissão obtida "para dar a conhecer como o Senhor fez para atraí-lo ao amor dos pobres ". Disse-lhe que, no início da Pia Obra, presenciou a cena nojenta de um grupo de pessoas zombando de um pobre. Santo Aníbal o resgatou de seus insultos, pegou-o pela mão e levou-o para casa, limpou-o, vestiu-se, refrescou-o e colocou-o na cama. Então, considerando que Jesus estava naquele pobre homem, ele se aproximou para beijá-lo, quando viu e beijou Jesus. <sup>154</sup>

Santo Aníbal se dedicou aos Pobres com o mesmo zelo com que viveu para Rogate, cultivou a amizade de outros apóstolos da caridade, seus pares, igualmente atraídos pelos pobres. Recordamos, entre outros, Dom Bosco, Dom Orione, Pe. Ludovico da Casoria e Pe. Giacomo Cusmano. Este último, em termos cristológicos e eclesiais, consideravam os Pobres o "oitavo sacramento".

Lembramos um encontro com um pobre que é extraordinário, mas na vida do Padre Aníbal se relatam inúmeros encontros com os pobres que deixaram as testemunhas presentes encantadas. Este é um patrimônio precioso que não podemos perder.

---

<sup>152</sup> DCM, pag. 38. Cfr. VLF. 45-51; 103.

<sup>153</sup> *Bollettino*, maio-agosto de 1927, pag. 132.

<sup>154</sup> Cfr. TUSINO T., *A Alma do Padre – Testemnhos*, Roma, 1973, pag. 493.

## Conclusão

### 6.1. Em Fechamento

83. Lembramos que um dos três desafios que o Capítulo Geral nos colocou foi: “Encontrar os motivos da alegria e da celebração na vida fraterna em comunidade”. Considerei importante oferecer uma contribuição, a mim mesma e a cada um de vocês, para um renascimento ou verificação da vida fraterna em comunidade, enquanto caminhamos para o final do sexênio e aguardamos o próximo Capítulo Geral.

A Comissão para os Lineamenta preparou o texto sobre o tema específico do próximo Capítulo: *Vida religiosa Rogacionista hoje: unidade, partilha, coordenação*. Esta carta circular sobre "Nossa comunhão fraterna de vida com Cristo e com os pobres" abordou o tema do Capítulo na perspectiva da comunidade religiosa.

Procuramos aprofundar alguns aspectos da vida fraterna em comunidade, apoio à comunhão fraterna. Quando Cristo chama alguém para segui-lo, exige dele um amor disposto a deixar tudo por ele. O apelo à vida fraterna em comunidade é um convite a amar ao máximo, pondo em prática o primeiro mandamento na sua forma mais radical: “Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças” (Mc 12, 30). Amar a Cristo implica um profundo amor ao próximo. Citando o primeiro mandamento, Jesus não o separa do segundo: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo" (Mc 12,31). Abrir o coração ao Mestre é, portanto, inseparável de uma abertura mais ampla aos irmãos.

Jesus não se limitou a chamar os apóstolos a segui-lo, mas reuniu-os em comunidade à sua volta, o que é um sinal da vontade do Salvador de iniciar um estilo de vida que mais tarde desembocasse na vida comunitária. Jesus pede aos membros que pratiquem uma caridade fraterna mais profunda. É isso que se exige de nós: viver e praticar uma caridade mais intensa. Este é um aspecto essencial da vida consagrada, aspecto que precisa ser constantemente renovado internamente. Devemos assumir responsabilidades com alegria e humildade, com grande audácia e coragem para construir comunidades fraternas.

Poderemos ser defensores e promotores da comunhão eclesial na medida em que possamos ser testemunhas de comunidades onde a vida fraterna é vivida intensamente.

84. O próximo 16 maio 2022 a nossa Congregação fará memória do 125º aniversário de fundação com a vestição religiosa dos primeiros três Irmãos auxiliares.

Com esta carta desejo expressar, em nome dos Rogacionistas, o meu mais profundo e unânime agradecimento a Deus nosso Pai, por nos ter chamado a viver em comunidade, tendo o Fundador, Santo Aníbal Maria Di Francia, como ponto carismático de referência na nossa consagração à sequela Christi, guiada pelo Espírito Santo, alma da Igreja.

Estamos cientes de que nossa vida fraterna deve inspirar-se no estilo evangélico ensinado por Jesus Cristo “para sermos fiéis ao desígnio de Deus e responder às profundas expectativas do mundo”.<sup>155</sup>

Pedimos ao Senhor que acolha e viva o espírito que deve animar a vida fraterna, como indicam os Atos dos Apóstolos:

---

<sup>155</sup> NMI 43.

«Eram perseverantes no ensino dos apóstolos e na comunhão, no partir do pão e nas orações». Um sentimento de medo estava em todos e os sinais estavam acontecendo por meio dos apóstolos. Todos os crentes estavam juntos e tinham tudo em comum; vendiam suas propriedades e substâncias e as compartilhavam com todos, de acordo com a necessidade de cada um. Todos os dias eles perseveravam juntos no templo e, partindo o pão nas casas, comiam com alegria e simplicidade de coração » (At 2, 42-47).

«A multidão daqueles que se tornaram crentes tinha um só coração e uma só alma e ninguém considerava o que lhes pertencia, mas tudo era comum entre eles». Com grande força, os apóstolos testificaram da ressurreição do Senhor Jesus » (At 4, 32-33).

85. A Regra de Vida, que representa para nós o caminho concreto para a santidade e a perfeição da caridade própria de todo cristão, nos diz o que é a vida fraterna para nós Rogacionistas. Concluindo, proponho uma definição descritiva da vida fraterna na comunidade Rogacionista, tal como emerge das *Constituições e Normas* e à qual muitas vezes queremos voltar, como um ideal a ser realizado.

«A vida fraterna na comunidade Rogacionista é um dom do Espírito onde os membros se comprometem a viver o preceito primário do amor mútuo ensinado por Jesus Cristo, que realiza a entrega total de nós mesmos a Deus e aos irmãos. A comunidade se constrói em torno da Eucaristia, onde os confrades encontram a força para viver segundo a verdade, com sinceridade e justiça, com respeito e bondade. O Evangelho, a Liturgia e a oração em comum são os pontos fortes da Comunidade. A comunidade deve ser uma comunidade de escuta, onde se respira a alegria de pertencer ao Ressuscitado convivendo com os irmãos; isso torna a oração Rogate eficaz e se torna um motivo de promoção vocacional. A comunidade se fortalece sendo uma comunidade para e com os pobres, expressando uma opção preferencial sincera pelos menores e excluídos. A orientação e o serviço do irmão superior são importantes para discernirmos juntos a vontade de Deus e para tomarmos as decisões necessárias. Neste contexto, as reuniões comunitárias são necessárias para discernir a vontade de Deus na plena corresponsabilidade de todos os membros da comunidade. A vida fraterna deve ser caracterizada por uma vida simples e sóbria, onde a atenção é colocada nos irmãos, especialmente os idosos e os enfermos e onde em sinal de gratidão e em espírito de caridade todos os irmãos falecidos sejam lembrados. e seu exemplo de fidelidade e amor a Deus e à Congregação é transmitido ».<sup>156</sup>

86. «Para crescer na vida fraterna, utilizamos os meios que sempre temos à nossa disposição, antes de tudo a Palavra de Deus e a Eucaristia, a oração, a partilha e a estima recíproca. A correção fraterna desempenha um papel importante e se faz seguindo a regra que Jesus nos deu no Evangelho, antes de tudo abordando o irmão que está em dificuldade com a bondade e o sigilo. A comunicação com todos os irmãos e com aqueles que dirigem a comunidade é importante e faz parte do estilo de vida religioso. Um verdadeiro sinal de caridade fraterna é a atenção e a atenção aos irmãos enfermos, nos quais o próprio Jesus se serve. A oração pelos vivos expressa nossa atenção à família religiosa Rogacionista e àquelas pessoas que compartilham nosso estilo de vida e caminham conosco para a pátria celestial. A morte de um Irmão é um acontecimento que requer uma oração coral por parte de todos os Irmãos. As missas sagradas e os sufrágios são oferecidos por ele de acordo com o que está combinado. Também nos lembramos dos confrades falecidos, celebrando a Santa Missa todas as primeiras

---

<sup>156</sup> Cfr. Const. 50-60.

segundas-feiras do mês e lendo o obituário do seu aniversário. No mês de novembro, uma memória muito especial é feita por aquelas pessoas que estiveram perto de nós e compartilharam nosso carisma. Lembramos então os pais, irmãos e irmãs de nossas religiosas que voltaram para a casa do Senhor. Repousamos nas capelas comuns do cemitério esperando juntos a ressurreição dos corpos ».<sup>157</sup>

Um último pensamento a todos os Irmãos que nos precederam e estão na presença do Senhor e que nos recordam a importância da vida fraterna.

O Senhor nos abençoe, nos acompanhe e nos faça crescer para o serviço da colheita.

Pe. Bruno Rampazzo, R.C.J.  
Superior Geral

---

<sup>157</sup> Cfr. Normas. 37-52.

## Índice

Abreviações e Siglas .....	4
Introdução: Em Comunhão .....	6
1. Capítulo 1: A Identidade Espiritual da Comunidade Religiosa.....	8
1.1. A Comunidade Fraterna, sinal da Vida Futura .....	8
1.2. O amor de Cristo nos chamou a viver juntos.....	9
1.3. Parte viva da comunhão eclesial: o dom do Espírito Santo.....	11
2. Segundo Capítulo: A Comunidade Religiosa Hoje .....	13
2.1. As Grandes Mudanças Externas .....	13
2.2. Os Desenvolvimentos Teológicos sobre a Vida Consagrada .....	14
2.2.1. Para Vinhos Novos, Odres Novos.....	14
2.2.2. A Exortação Apostólica Christus Vivit do Papa Francisco. “Como é belo e como é alegre que os irmãos vivam juntos!” (SI 133) .....	15
2.2.3. A Carta Encíclica do Papa Francisco Fratelli tutti sobre a fraternidade e a amizade social. ....	16
3. Terceiro Capítulo: A Identidade da Comunidade Religiosa Rogacionista .....	18
<b>3.1.</b> Como pensou Santo Aníbal as nossas Comunidades.....	18
3.2. Comunhão e Comunidade Rogacionista .....	19
3.3. A Comunhão fraterna na nossa Regra de Vida.....	21
3.4. A abertura missionária e a descentralização da Congregação .....	23
3.5. Em sinal de sinodalidade.....	24
3.6. A nossa Família Religiosa.....	25
3.7. A Pertença a Circunscrição .....	27
3.8. A célula da comunidade unida .....	30
3.9. A Alegria da Vida Fraterna em Comunidade .....	30
4. Quarto Capítulo: A Comunidade, rumo à plenitude da Comunhão .....	32
4.1. Comunidade a Construir .....	32
4.2. Comunidade, lugar de Encontro e de Diálogo .....	33
4.3. Comunidade, Casa e Escola de Oração .....	34
4.4. O Testemunho da Espiritualidade de Comunhão .....	35
5. Quinto Capítulo: A Comunidade, da Contemplação aos Pobres .....	37
5.1. Comunidade Contemplativa .....	37
5.2. A Comunidade e a Regra de Vida .....	37
5.3. O Serviço da Autoridade na Comunidade Fraterna .....	39
5.4. A comunidade em Saída .....	41
5.5. Comunidade aberta aos Pobres e Comunidade inserida .....	44
6. Conclusão .....	49
6.1. Em Fechamento .....	49
Index .....	52